



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO

CAMILA FONTENELE GARCIA PONTES

Nascer, tornar ou reivindicar-se mulher?
A identidade de gênero e o discurso de ódio sob análise no combate à pobreza menstrual no
Brasil

FORTALEZA
2025

CAMILA FONTENELE GARCIA PONTES

Nascer, tornar ou reivindicar-se mulher?

A identidade de gênero e o discurso de ódio sob análise no combate à pobreza menstrual no
Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Comunicação Social - Jornalismo do
Instituto de Cultura e Arte da Universidade
Federal do Ceará, como requisito parcial à
obtenção do grau de Graduado em
Comunicação Social - Jornalismo. Área de
concentração: Comunicação Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida de
Sousa

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P858n Pontes, Camila Fontenele Garcia.

Nascer, tornar ou reivindicar-se mulher? A identidade de gênero e o discurso de ódio sob análise no combate à pobreza menstrual no Brasil / Camila Fontenele Garcia Pontes. – 2025.
87 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Curso de Comunicação Social (Jornalismo), Fortaleza, 2025.
Orientação: Profa. Dra. Maria Aparecida de Sousa.

1. pobreza menstrual. 2. gênero. 3. redes sociais. 4. discurso de ódio. 5. políticas públicas. I. Título.
CDD 070.4

CAMILA FONTENELE GARCIA PONTES

Nascer, tornar ou reivindicar-se mulher?

A identidade de gênero e o discurso de ódio sob análise no combate à pobreza menstrual no
Brasil

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Comunicação Social - Jornalismo do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Graduado em Comunicação Social - Jornalismo. Área de concentração: Comunicação Social.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Aparecida de Sousa (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Naiana Rodrigues da Silva
Universidade Federal do Ceará

Profa. Esp. Erilene Firmino
Universidade Federal do Ceará

Dedicado à vovó Celina e ao vovô Quico.
Ao me darem os livros, vocês me deram o mundo.
Je vous aime vraiment bien, pour tout le temps.
Merci, merci beaucoup.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, à minha orientadora. Cidinha, você foi fundamental para a construção deste trabalho. Sem sua paciência, seu incentivo e sua generosidade ao compartilhar comigo aquele livro de Michael Löwy, eu talvez nunca teria descoberto a alegria que existe na pesquisa.

Aos meus pais, Raquel e Yury, por serem os melhores exemplos de família que eu poderia ter. Obrigada por acreditarem em mim, por investirem na minha educação e no meu futuro. Obrigada pelo carinho, pelo amor incondicional e por não cancelarem meu cartão de crédito mesmo que eu mereça, um pouco, às vezes. Amo vocês.

Aos meus irmãos, Júlia e Yury, por serem meus amigos, mesmo quando eu sou chata. Eu sei que nunca estarei sozinha nos meus caminhos ao longo da vida, porque sempre terei vocês para compartilhar nossas alegrias, tristezas e conquistas.

Aos meus avós maternos, Celina e Francisco de Assis, e paternos, Isabel e Antônio. Sem vocês eu jamais teria os pais maravilhosos que tenho, a herança cultural que me foi passada, a família que me dá suporte e que me ensina todos os dias o significado de amor, comprometimento e sacrifício. Sem vocês, eu não teria meus livros, e não teria Sobral, o que é basicamente a minha personalidade inteira. Muito obrigada.

Aos meus amigos, a minha rede de apoio incansável. Em especial Artur, Taís, Renata, Gabi, Isadora, Samuel e Isabela. De Sobral, de Fortaleza, do Arco-Íris, do Santa Cecília, da vida inteira inteirinha. Amo vocês mais do que consigo expressar, pelos exemplos que vocês são para mim, pelo companheirismo e parceria, por rirem das minhas piadas e sempre curtirem meus tweets. Vocês são incríveis!

Ao Projeto Deixa Fluir, meu bebê, que mudou minha vida completamente ao transformar meu cotidiano em uma busca constante pela justiça social. Às meninas, mulheres, senhoras, pessoas e cidadãos que nos permitiram entrar em suas comunidades e compartilhar conhecimento. Nunca poderei expressar por completo minha gratidão.

Aos meus professores do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará, que me ensinaram a ser a jornalista que sonhei em me tornar. Escrever, pesquisar e expressar minhas opiniões em todas as oportunidades possíveis de forma incisiva; vocês me apoiaram, todos os dias, a alcançar meus objetivos.

À UFC, como instituição, por me permitir a honra de conquistar minha graduação aqui. Meus avós estiveram aqui, minha mãe esteve aqui, eu estive aqui. E voltarei todas as vezes que for possível, se puder retribuir com conhecimento o investimento feito em mim.

E à mim, Camila, que consegui superar momentos muito difíceis no caminho da conclusão deste curso. Mesmo com obstáculos, apesar de reconhecidamente não tão obstrutivos quanto os de outras pessoas menos privilegiadas, cheguei aqui feliz e ansiosa pelo meu futuro. Finalmente!

*“Minha filha, acabe com essa história.
Se levante, vá ver o mundo. Deixe de coisa!”*

Meu pai, Yury

RESUMO

O conceito de gênero pode ser considerado como um dos campos de maior disputa na sociedade pós-moderna. O que é e o que o compõe são fatores que divergem e vão de encontro uns aos outros, misturando-se à política identitária e criando uma amálgama incendiária, que torna sensíveis quaisquer conversas sobre a origem e a aplicação deste termo. Na perspectiva “feminina”, e particularmente em relação à pobreza menstrual como política deliberada do Estado, a diferenciação entre sexo e gênero recai sobre teorias de construção e formação social do gênero, não como uma identidade pré-discursiva, mas sim como um construto temporal e situacional. Neste trabalho, procura-se explicitar as raízes dessa tênue linha que separa o biológico do sociopolítico, através de um estudo de caso apoiado pela ONG “Projeto Deixa Fluir”, atuante do terceiro setor e ativista pela inclusão de pessoas que sofrem com a pobreza menstrual. Utilizando como espaço amostral comentários em uma postagem informativa de cunho educacional na página do Instagram da ONG, que utilizou o termo “pessoas que menstruam” como uma das referências institucionais ao público-alvo da organização, assim como “mulheres” e “brasileiras”, o presente estudo almejou afirmar que o embate de discursos ideológicos (Orlandi, 2005) e a manutenção do poder socialmente exercido pela diferenciação de gênero (Butler, 2018) contribuem para o perpetuamento de políticas trans-exclusivas, alimentando a divergência odiosa entre o feminismo radical (TERF) e indivíduos fora do sistema binário de gênero, impedindo um avanço perceptível da integração de pessoas social, política e economicamente marginalizadas.

Palavras-chave: pobreza menstrual, gênero, redes sociais, discurso de ódio, políticas públicas

ABSTRACT

The concept of gender can be considered one of the most contested fields in postmodern society. What it is and what constitutes it are factors that diverge and clash with one another, intertwining with identity politics and creating an incendiary amalgam that makes any conversation about the origin and application of this term highly sensitive. From a “feminine” perspective, and particularly in relation to menstrual poverty as a deliberate state policy, the differentiation between sex and gender falls upon theories of social construction and formation of gender—not as a pre-discursive identity, but as a temporal and situational construct. This study seeks to elucidate the roots of the thin line separating the biological from the sociopolitical through a case study supported by the NGO *Projeto Deixa Fluir*, an organization operating in the third sector and advocating for the inclusion of people affected by menstrual poverty. Using as a sample space the comments on an educational and informative post on the NGO’s Instagram page, which employed the term “people who menstruate” as one of its institutional references to its target audience—alongside “women” and “Brazilian women”—this research aimed to assert that the clash of ideological discourses (Orlandi, 2005) and the maintenance of socially enforced power through gender differentiation (Butler, 2018) contribute to the perpetuation of trans-exclusive policies. This, in turn, fuels the hostile divergence between radical feminism (TERF) and individuals outside the gender binary system, hindering any perceptible progress in integrating socially, politically, and economically marginalized people.

Key words: menstrual poverty, gender, social media, hate speech, public policy

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa da postagem	72
Figura 2 - Capa do perfil no Instagram do PDF	72
Figura 3 - Segunda imagem da postagem	73
Figura 4 - Terceira imagem da postagem	73
Figura 5 - Quarta imagem da postagem	74
Figura 6 - Quinta imagem da postagem	74
Figura 7 - Sexta imagem da postagem	75
Figura 8 - Comentário	76
Figura 9 - Comentário	77
Figura 10 - Comentário	78
Figura 11 - Comentário	78
Figura 12 - Comentário	78
Figura 13 - Comentário	79
Figura 14 - Comentário	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Análise de termos utilizados no texto da postagem

76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PDF

Projeto Deixa Fluir

ONU

Organização das Nações Unidas

ONG

Organização Não-Governamental

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. CONSTRUINDO E DESCONSTRUINDO O GÊNERO	18
2.1 O surgimento do conceito de gênero na sociedade moderna	19
2.2 A dicotomia entre o biológico e o social	27
2.3 A menstruação como fardo e identidade unificadora	31
3. NEUTRALIDADE OCULTA: O DISCURSO ISENTO	36
3.1. Conceito e formação do discurso e da ideologia	36
3.2 Historicidade, paráfrase e polissemia no discurso e nas palavras	37
3.2 Transgeneridade e discurso na construção feminista	40
3.3 - Os limites da liberdade de expressão	44
4. O EMBATE MIDIÁTICO ENTRE IDENTIDADES	48
4.1 - Internet, redes sociais e possibilidades infinitas	49
4.2 - Interação e formação de comunidades	50
4.3 - Discurso de ódio, disseminação informacional e suas repercussões	55
4.3.1 - O estigma nas redes	57
4.4 - A construção epistemológica das redes sociais e suas falhas	60
5. ANÁLISE METODOLÓGICA	63
5.1 Parâmetros metodológicos	63
5.2 Estudo de caso	64
5.3 Objeto de pesquisa	67
5.4 Análise quantitativa e qualitativa de dados	72
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	82

1. INTRODUÇÃO

No começo de 2021, o Projeto Deixa Fluir foi fundado por seis amigas da época de escola, com o intuito de agir contra a pobreza menstrual. O conceito, relativamente novo no sentido de ser referenciado por trabalhos científicos e incluído em relatórios de organizações como a ONU Mulheres ([link](#)), ainda não era amplamente pesquisado e documentado no Brasil, apesar do enorme contingente de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza.

O propósito da ONG, primordialmente, era tornar a si mesma obsoleta. A arrecadação de fundos financeiros, para viabilizar a compra e distribuição de absorventes íntimos em comunidades de periferia em Fortaleza e em cidades do interior do Ceará, com menos acesso à itens essenciais ([link](#)), era também uma forma de agir em diversas frentes, com a elaboração de palestras educativas e o alinhamento político com representantes públicos, que poderiam influenciar as câmaras legislativas municipais e estaduais.

Tal influência serviria como impulso para a aprovação de leis e políticas de auxílio social que permitissem o acesso da população pobre à absorventes higiênicos de forma gratuita, assim como ocorre com os preservativos íntimos ([link](#)). De certa forma, o PDF foi criado para que desaparecesse, em uma realidade onde não fosse mais necessário. Em 2025, ano da finalização desta pesquisa, este ainda não é o caso.

Uma forma moderna e simples de levantar fundos e aumentar o conhecimento geral sobre a pobreza menstrual, um assunto envolto em um tabu milenar ([link](#)) e portanto de difícil popularização, era a criação de redes sociais e conteúdos informativos divulgados nestas. Assim foram estruturadas as plataformas em redes como Instagram, LinkedIn, Facebook e o ex-Twitter. Internamente, a estruturação da ONG permitiu que a página do Instagram, em especial, crescesse e começasse a receber respostas sobre o conteúdo publicado, de cunho informativo, como exibido no capítulo 5, Metodologia.

Na página no Instagram, primordialmente, eram veiculados a maior parte dos conteúdos, não somente pela maior facilidade de produção e publicação mas também pelos maiores índices de engajamento do público-alvo. Dessa forma, o retorno interativo era uma parte essencial da presença do PDF nas redes sociais, pois informava à organização o escopo do

alcance dos materiais socioeducativos e o interesse demonstrado pelo público por meio das “curtidas”, dos comentários e dos compartilhamentos, métricas acessíveis para o administrador de todas as contas nas redes sociais.

Em setembro de 2021, uma postagem sobre a relação entre o saneamento básico e a pobreza menstrual gerou uma situação polêmica na seção de comentários. Alguns usuários reagiram de forma negativa ao uso das expressões “pessoas que menstruam” e “pessoas menstruantes” para denominar a parcela da população brasileira que sofre com um dos aspectos da pobreza menstrual, a ausência de saneamento básico e, portanto, a falta de água limpa e encanada para viabilizar a higienização pessoal no período da menstruação.

Apesar do contexto de conscientização da postagem, os comentários focavam em um suposto apagamento do termo “mulheres” para direcionar conteúdos relacionados ao período menstrual. De acordo com os protestos, somente mulheres são capazes de menstruar, delimitando então de forma concisa e clara o possível público das campanhas informativas do PDF. Mulheres, nesse contexto, em sua concepção biológica, como detentoras de útero, apesar de que o termo “fêmea” seria mais apropriado quando em relação ao sistema reprodutor.

Ao conectar os dois símbolos, o termo “mulher” e o órgão “útero”, os comentários deixados na postagem fortalecem a noção de uma intrinsecabilidade entre sexo e gênero, reduzindo as possibilidades identitárias humanas. Ao agir de tal forma, questionando a linguagem inclusiva utilizada no texto da postagem, entra em ação um discurso hegemônico de gênero.

Tal discurso é destrinchado e expandido por partes, de acordo com os estudos de teóricas proeminentes em suas respectivas áreas. Nos estudos de gênero, capítulo que inicia a revisão bibliográfica, as ideias de Judith Butler em *Problemas de Gênero* (2018) são complementadas com a historiografia dos conceitos de sexo e de gênero, assim como os primeiros indícios biomédicinais de uma possível separação entre as duas noções. São exploradas as pesquisas de Money, Hampson e Hampson (1955), auxiliadas pelos estudos da aplicação e das relações de gênero de Cortez, Gaudenzi e Maksoud (2019). Assim, é estabelecida uma base teórica relativa à dualidade sexo/gênero e as origens da identidade humana no que diz respeito à expressão individual.

Em seguida, o discurso é colocado em pauta, para que seja viabilizada a análise profunda dos “porquês” elicitados ao restringir o uso do termo “mulher”. É necessário compreender as raízes do discurso e como ele é construído por meio de mensagens emitidas e captadas de forma constante, mesmo em interações virtuais. A teoria de Eni Orlandi (2005) é a base do capítulo 3, no qual é explorada a ferramenta da Análise do Discurso (AD) e sua utilidade para assuntos contemporâneos e atemporais. A ideologia do discurso, ademais, exige que os significados atribuídos às palavras sejam esmiuçados de maneira crítica, ou não poderão ser interpretados a fim de revelar os sentidos omitidos nas intenções do emissor. O ódio e o ostracismo, por sua vez, são frequentemente veiculados pelo discurso, que permite a sua existência da mesma forma como permite a propagação de quaisquer outras mensagens; por esta ambiguidade é que se faz necessária uma análise crítica, histórica do discurso, como a realizada por Lebrun (2008) e Stein, Nodari e Salvagni (2018).

No último capítulo bibliográfico, entra em pauta uma realidade virtual mais recente, mas não menos aprofundada: as redes sociais e sua interação com a identidade. Ao pesquisar as novas mídias e as plataformas de disseminação de conteúdo digital, são compreendidos os conceitos de comunidades de Castells (2009), assim como o ímpeto de transformação e mudança existente.

Fenton (2012), em uma perspectiva reconhecidamente menos otimista, auxilia na construção dos pilares sustentadores da pesquisa ao investigar os erros de compreensão da natureza virtual, explicitando que, ao contrário do que pensa Castells, a mudança não existe de forma inata, mas sim exige participação ativa dos indivíduos que povoam o ambiente da internet. Goffman (1988), na conclusão do Capítulo 4, contribui à pesquisa com seus estudos sobre a estigmatização das diferenças, que podem ser especialmente amplificadoras do preconceito e do ódio em uma atmosfera de “terra sem lei”, como representa a internet.

Ao completar a base teórica da pesquisa, passamos para a base metodológica no Capítulo 5. Inicialmente, os quesitos quantitativos e qualitativos utilizados no trabalho são justificados, e a principal ferramenta de análise é apresentada: o Estudo de Caso. De acordo com os trabalhos de Robert Yin (2001) e Antonio Carlos Gil (2017), esta é a abordagem mais adequada para investigações de fenômenos sobre os quais não se é possível ter controle, mas que, de qualquer forma, se faz necessária uma compreensão aprofundada das motivações e

consequências de determinado acontecimento. Por meio do Estudo de Caso, é possível analisar minuciosamente um evento, entender suas motivações, suas manifestações e seus resultados, de forma específica, mas que possa, também, contribuir para uma epistemologia mais ampla da área competente ao fenômeno.

Nesta pesquisa, a Análise do Discurso (AD) pós-estruturalista de Eni Orlandi (2005) é a base fundamental metodológica, a ferramenta utilizada para compreender as significações intencionais e intrínsecas das palavras utilizadas nos comentários da postagem do PDF, que constituem o objeto de estudo. Empregando a AD, se tornou possível responder à pergunta principal do presente trabalho: de que forma o termo “mulher” é aparelhado para viabilizar a exclusão de pessoas fora do espectro hegemônico de identificação de gênero.

Com o auxílio da AD, foi possível concluir que as trocas discursivas elencadas nos comentários da postagem serviam, de forma preponderante, para perpetuar uma concepção dominante de gênero, com a pretensão de impedir a interação de pessoas fora do sistema binário do sexo/gênero se identifiquem com conteúdos direcionados para pessoas que experienciam a menstruação.

Uma importante conclusão desta pesquisa é que, apesar do uso conjunto e alternado de termos com e sem marcadores sintáticos de gênero, como por exemplo os artigos definidos “a” e “as”, a reação negativa dos comentários advinha de uma noção ultrapassada de que o feminismo serviu, serve e servirá exclusivamente ao sujeito feminino, a “mulher” universal, que só pode ser, ao mesmo tempo, fêmea e feminina, sendo a ausência de uma das duas características o suficiente para descredibilizar a existência e autoidentificação de um indivíduo como tal.

Tal entendimento não condiz com o posicionamento do PDF para com seu público; portanto, a partir das conclusões da pesquisa, se encontra justificada a escolha do uso de uma linguagem inclusiva e que leve em consideração todas as pessoas que possivelmente poderiam entrar em contato com o conteúdo educativo veiculado nas plataformas virtuais da ONG.

Assim, a pesquisa serve o propósito de explicar, entender, exemplificar e analisar o conceito de gênero e suas aplicações práticas, indo além do campo teórico e explorando a realidade das experiências de pessoas que vivem à margem da sociedade.

Somente com um entendimento profundo da realidade da identidade de gênero no século XXI é que se torna plausível tecer argumentos a favor ou contra o uso de termos como “pessoas que menstruam” ou “pessoas menstruantes” em conteúdos sobre saúde pública. A pesquisa buscou fornecer um conhecimento detalhado, com bases teóricas sólidas para que, ao fim, fosse capaz de estruturar uma análise consistente e compreensível para o leitor.

De forma mais simbólica, porém, este Trabalho de Conclusão de Curso foi produzido com a intenção de sanar dúvidas sobre o porquê dos ataques conferidos ao Instagram do PDF em setembro de 2021. Como co-fundadora do Projeto, elaborei esta pesquisa como forma de fundamentar, teoricamente, a decisão feita pelo PDF de sempre escolher o caminho da inclusão, do agrupamento e da escuta ativa para com aqueles que não conseguem se expressar livremente.

A violência dos corpos, como bem afirma Butler, é uma forma de manutenção do poder hegemônico que lucra com a dicotomia entre o masculino e o feminino, e o discurso de ódio é uma das ferramentas mais eficientes para assegurar a continuidade deste projeto de poder. O ódio machuca, mesmo que de uma forma diferente que a violência física. Como declara Butler em *Discurso de ódio: Uma política do performativo*:

O discurso de ódio coloca em questão a sobrevivência linguística, que ser chamado de um nome pode dar lugar a uma injúria, e concluímos pela observação de que esse chamamento por um nome pode ser o momento inicial de uma contramobilização. (...) A palavra que machuca se torna um instrumento de resistência na reorganização que destrói o território em que ela operava anteriormente. Tal reorganização significa falar palavras sem autorização prévia e colocar em risco a segurança da vida linguística, o sentido do nosso lugar na linguagem e o fato de que nossas palavras fazem o que nós dizemos (BUTLER, 2021, p. 217)

2. CONSTRUINDO E DESCONSTRUINDO O GÊNERO

A noção do que o gênero é, ou pelo menos do que tenta ser, é essencial para o desenvolvimento desta pesquisa. Primeiramente, entender quando e como nasce o entendimento do ser humano como pertencente a duas categorias distintas e decisivas para o resto da sua vida é fundamental.

No Brasil, o conceito de gênero aparece pela primeira vez por escrito nos anos 1980, como reflexo de uma capacidade cada vez maior de deslocamento dessa “ideia” entre diferentes países (CORTEZ, GAUDENZI, MAKSD, 2019).

Outras estudiosas dos então chamados “estudos femininos”, que logo passariam a ser conhecidos como “estudos de gênero”, delineiam outros termos utilizados antes da popularização moderna do gênero como categoria definidora; “relações sociais de sexo”, “sexo social”, “macho/fêmea”, “homem/mulher”, “diferença sexual” são alguns exemplos. (LÖWY, ROUCH, 2003).

As relações de poder envolvidas no designio dos gênero são transmitidas das formas mais explícitas até a maior neutralidade possível, seja para explicitar uma diferenciação, a existência de um “Outro” feminino, como na teoria de Beauvoir (1949) ou para velar tal diferença de forma a mascarar um discurso tendencioso, tornando-o aparentemente nulo em relação ao discurso de gênero.

Os estudos de Scott (1995) penetram no conceito de poder na perspectiva foucaultiana, afirmindo que à medida que as referências de gênero estabelecem distribuições de poder, o gênero é implicado na concepção e na construção do poder em si.

É necessário compreender o surgimento do gênero como o conhecemos, para então apreender o sentido que carrega nos dias atuais. Especialmente, os significados transmitidos por meio do uso do termo “mulher”, que ao mesmo tempo se diz não ser definido por questões fisiológicas mas usa tais quesitos para limitar a abrangência da sua aplicação.

2.1 O surgimento do conceito de gênero na sociedade moderna

Seria possível afirmar que o lugar-comum em discussões sobre o aparecimento e o uso do termo “gênero” para denominar a expressão fenotípica do sexo é de que tal comportamento sempre existiu. O psicólogo e sexólogo neozelandês John Money foi o primeiro a utilizar o termo em suas pesquisas de cunho biomédico. Nos anos 1950, Money já utilizava o conceito de “papel de gênero” para se referir a um “aspecto da identidade subjetiva de um indivíduo, a partir de suas pesquisas sobre a intersexualidade em humanos” (MONEY, HAMPSON, HAMPSON, 1955 apud CORTEZ, GAUDENZI, MAKSD 2019).

Ao tempo de Money, a medicina se preocupava com a criação de um possível novo campo de estudos: as “ciências sexuais” (LLUSIÁ, MOLINA, 1997), para as quais procurava contribuir com suas investigações sobre indivíduos intersexo e a relação de tais sujeitos com o gênero que lhes era “escolhido”, já que a ambiguidade genital ao nascer impossibilitava uma compreensão concisa (CORTEZ, GAUDENZI, MAKSD 2019).

As investigações das autoras sobre as conclusões do trabalho de John Money, incluindo sua tese de doutorado, publicada em 1952, expõem que, após categorizar as “variáveis do sexo”, a partir das quais seria possível medir o “desvio” de cada indivíduo intersexo de seu gênero aparente e sexo biológico, a grande maioria dos sujeitos com diagnósticos genéticos análogos, mas criados com gêneros diferentes, haviam se adaptado de forma satisfatória.

As conclusões de Money e seus dois co-autores, o casal Joan e John Hampson, firmaram o primeiro cisma entre a determinação sexual e a manifestação de gênero. Os autores afirmam, de forma clara, que a sexualidade é “indiferenciada ao nascer”, agregando tais diferenças ao sujeito como masculino ou feminino “no curso de várias experiências ao longo do crescimento” (MONEY, HAMPSON, HAMPSON, 1955 apud CORTEZ, GAUDENZI, MAKSD 2019).

Apesar de paradigmático, o trabalho de Money e os Hampsons também era limitado pelo seus próprios entendimentos do propósito de investigar, por meio da medicina, a capacidade de adaptação social de pessoas com sexo indeterminado. De acordo com Cortez, Gaudenzi e

Maksud (2019), os pesquisadores envolvidos afirmavam que acima de todas as outras evidências, “o sinal que dará à criança certeza sobre seu gênero é o formato genital”.

Para Money, entender a relação entre os dois fatores servia como instrumento de compreensão para cirurgiões e outros profissionais da saúde, que poderiam, ao estudar sua pesquisa, providenciar o tratamento mais adequado para que indivíduos intersexo pudessem se encaixar em uma das duas classificações sexuais disponíveis, inclusive advogando pela urgência de intervenções cirúrgicas que poderiam “normalizar uma genitália ambígua em recém-nascidos” (CORTEZ, GAUDENZI, MAKSD 2019).

Jessica Germon, em seu livro “Gênero: a genealogia de uma ideia” (2009) ressalta a importância e a prevalência dos conceitos biomédicos para a construção do que hoje consideramos a identidade de gênero. O psiquiatra e analista Robert Stoller, em seu livro “Sexo e Gênero”, de 1968, originou a expressão “identidade de gênero” a partir de seu trabalho no campo da sexualidade humana, envolvendo a homossexualidade, a transsexualidade e a intersetsexualidade.

‘Sexo e Gênero’, de Stoller, foi amplamente recebido além do campo da psicanálise, particularmente por feministas das ciências sociais. A partição entre sexo/gênero proveu um incipiente movimento de libertação feminina com uma poderosa base intelectual sobre a qual poderiam repudiar o determinismo biológico e exigir a igualdade sexual. (GARMON, 2009, p. 86)

A palavra “gênero” tem menos de um século de uso da forma como a empregamos hoje; no Brasil, o termo só chega após o ápice da “contracultura” dos anos 1960 e 1970. O reconhecimento da identidade de gênero e de suas ramificações são resultados diretos e indiretos das conquistas do movimento feminista no que é conhecido como “mundo ocidental”, a partir de meados do século XX.

De certa forma, para que houvesse uma compreensão dos pesos associados com a posição da mulher na sociedade e uma “emancipação” de tais expectativas, foi necessário o reconhecimento de uma categorização que extrapola a denominação cromossômica.

O uso do termo “gênero” é relativamente recente. Ausente dos textos feministas ou dos estudos de mulheres até fins da década de 1960 nos países anglófonos, começou a surgir na década de 1980 também no Brasil, refletindo o que parece ser uma crescente capacidade de translação do conceito entre os diferentes países. (CORTEZ, GAUDENZI, MAKSD, 2019)

De acordo com Cortez (2019), o “gênero” se torna, eventualmente, a “pedra angular dos feminismos”. De tal forma que substitui, no debate atual, outros termos que poderiam designar a diferença entre o sexo assignado e o manifestado. A autora ressalta o seu amplo uso e a variedade de significados atribuídos ao termo, que se tornou um paradigma do movimento feminista contemporâneo. A “ubiquidade”, como descreve, do termo, assinala que é, atualmente, praticamente impossível falar de feminismo sem falar dos estudos de gênero. A promessa do gênero era enorme para o feminismo, precisamente porque “era compreendido como sendo maleável e, portanto, receptivo à mudança” (GERMON, 2009, p. 86).

O gênero, portanto, surge em um contexto de reconhecimento da opressão. De forma simultânea, são formadas as pautas e os estudos de gênero, síncronos com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, o divórcio e, em especial para este trabalho, a possibilidade de controle da fertilidade.

Scavone (2010) questiona os mecanismos de controle da sociedade sobre os corpos, realizando uma pesquisa bibliográfica sobre discursos feministas e um questionamento sobre a “propriedade” feminina do corpo. Introduzindo conceitos como a biopolítica de Foucault (2008), a autora explica:

A biopolítica surge, de acordo com Foucault, nos séculos XVIII e XIX, como uma nova tecnologia de poder, que passa a gerenciar o corpo por meio do conhecimento de fenômenos que lhe são próprios, como a natalidade (...) e tem como objetivo controlar/governar a população com base em dados sobre sua saúde, higiene, sexualidade etc. (SCAVONE, 2010)

A noção de que uma mulher, biologicamente determinada para “gestar”, poderia escolher se teria ou não mais filhos (ou filho algum), surge em conjunto com o momento inaugural do feminismo contemporâneo, que busca ressignificar o corpo, que aparece como um entre os principais fatores das “relações de poder entre gêneros”.

A máxima feminista “Nosso corpo nos pertence” ilustrava a preocupação do movimento feminista em resistir “o controle social dos corpos mantidos sob o padrão de sexualidade vigente” (SCAVONE, 2010).

Scavone traz, a partir das conclusões de Partisans (1970), as ramificações do discurso feminista pela perspectiva da emancipação, mas também de transformação dos corpos em

território de embate entre forças opostas. O cerne da luta feminista consistia na “insubmissão contra um corpo assujeitado (...) à mercê de políticas morais (...) de Estado, fundadas na ideia de natureza”, comum nos países do Norte geopolítico.

O corpo era o *lócus* no qual o movimento feminista concretizava seu avanço; lutando pela escolha da maternidade, por meio da contraceção e do aborto (PARTISANS, 1970 apud SCAVONE, 2010).

O avanço médico que possibilitou tal emancipação foi introduzido na sociedade brasileira a partir de 1962, ano no qual chega ao Brasil a primeira pílula anticoncepcional. O fármaco Enovid inaugurou a relação da mulher brasileira com o controle de natalidade, por meio da inibição da produção de progesterona, hormônio endógeno humano que viabiliza a gravidez por meio do amadurecimento dos folículos ovarianos. (Câmara dos Deputados, 2010)

O maior objetivo do feminismo de segunda onda, ao advogar pelo acesso à pílula e outras ferramentas contraceptivas, era de separar as esferas sexual e reprodutiva. Conseguindo tal feito, seria menos sinuoso o caminho até o reconhecimento da existência da mulher na sociedade além de seu papel na procriação.

Por mais que tenha sido uma conquista da medicina moderna, o anticoncepcional e outros métodos associados simbolizavam a iconoclastia de ruptura do feminino com a maternidade:

De fato, ao dissociar a identidade e a sexualidade femininas da procriação, o discurso feminista rebelava-se contra o lugar tradicionalmente atribuído às mulheres na família e na sociedade (...) Assim, buscava reverter o clássico princípio escolástico de *tota mulier in utero*, no qual havia a convicção de que as mulheres eram, por natureza, destinadas à maternidade. (SCAVONE, 2010).

O processo de reconhecimento e reapropriação do corpo por meio do feminismo mostrava, também, a regressão do assujeitamento da mulher. A partir do momento que o Estado e a sociedade reconhecem que uma pessoa com útero pode decidir se irá ou não usá-lo para meios de reprodução humana, surge o espaço do “eu” como personagem. Então, pelo consentimento e controle sobre o próprio corpo, corroborados pela lei, a mulher passa a ser a figura central de sua própria narrativa, um sujeito social e físico. (TAHON, 2001 apud SCAVONE, 2010).

Na época, de acordo com o periódico Folha de S. Paulo, o percentual de brasileiros autodeclarados católicos era de 93,7%. Em 1968, por meio de uma cíclica intitulada “*Humanae Vitae*”, o Papa Paulo VI condena o uso de métodos de prevenção e controle da natalidade, como os preservativos masculino e feminino, e a pílula anticoncepcional; movimento de relevante impacto quando considerados a densidade de católicos no Brasil e a prevalência de escolas com associação religiosa, à época.

Na direção contrária, em meio à turbulência política, com o fim da República Populista e o exílio de João Goulart em 1964¹, a introdução de um fármaco que poderia auxiliar os propósitos neomalthusianos de controle da população em países do então chamado “Terceiro Mundo” era simpática aos propósitos do novo governo.

Para controlar a inflação e ter mais dinheiro disponível para investir na indústria nacional, seria positivo incentivar que mulheres tivessem menos filhos, sujeitando a questão da autonomia corporal feminina a uma circunstância demográfica e econômica.

Todavia, como será analisado, não se tratava de informar o público sobre uma nova droga, o melhor e mais eficiente contraceptivo desenvolvido até então. Tratava-se de divulgar uma arma, que, entre outras, poderia ser usada contra o tão temido inimigo, o indesejável crescimento desordenado da população. (SANTANA, WAISSE, 2016)

A divulgação da pílula, antes mesmo que esta estivesse disponível para aquisição no Brasil, não ocorreu de forma tão ágil pela influência do movimento feminista ou boas intenções por parte do Estado para com a autodeterminação feminina. O propósito de controle da natalidade foi introduzido ao panorama global pelas políticas de eugenia de Karl Pearson, que formulou os argumentos iniciais do movimento.

Ao controlar os nascimentos, controla-se também a “superpopulação, o desemprego, as favelas, a miséria e a violência” (SANTANA, WAISSE, 2016), de acordo com a lógica neomalthusiana.

A pílula era, de certa forma, uma opção mais branda em relação ao aborto. Scavone (2010) explica que, apesar de sempre ter feito parte da história das mulheres, o aborto ainda carrega um estigma social, moral e político, sendo proibido na maioria dos casos de gravidez

¹ Diz respeito a um receio em relação ao crescimento populacional, que na segunda metade do século XX era associado à pobreza nos países menos desenvolvidos. O controle da natalidade ganha o interesse do mercado, para além das questões religiosas.

indesejada em grande parte dos países do Sul Global. “Para o movimento feminista, o aborto era naquele momento um problema das relações de poder entre homens e mulheres, pois são os corpos femininos que ficam vulneráveis diante de uma gravidez indesejada” (SCAVONE, 2010).

No Brasil, a prevalência do discurso religioso na política acentua de forma ainda mais grave o repúdio ao aborto legal e seguro, realidade oposta à da França, que incluiu o direito ao aborto em sua legislatura em 1974 e, cinquenta anos depois, permanentemente enclausurado em sua Constituição da República (1958).

Ao longo dos anos 1970, influenciado pela pesada exportação cultural estadunidense, o Brasil também experienciou suas próprias pequenas “revoluções”, mesmo que em um contexto de repressão e violência.

Uma das personagens proeminentes da época foi a ativista feminista Rosie Marie Muraro, que participou intensamente do cenário contracultural brasileiro, escrevendo inclusive sobre “lutas de minorias” e a “superação da questão sexual” (BARROS, 2017). Em seus textos, Muraro questionava a compreensão binária vigente, e afirmava que a androginia, ou a mistura do feminino com o masculino sem delimitações ou proporções claras, era o futuro.

Barros (2017) contextualiza a atuação de Muraro na sociedade brasileira a partir da emergência da “contracultura”, movimento popular que nasce nos Estados Unidos por diversas insatisfações da sociedade, que se acumularam e culminaram em uma revolta contra o sistema “capitalista, tecnocrático e patriarcal”. O fenômeno do movimento contracultural causou uma reviravolta nos valores atribuídos a expressões como a arte, a música, o cinema e a literatura.

Uma combinação de eventos, como o advento da pílula anticoncepcional, a intensificação das ações do exército americano em territórios estrangeiros, o escândalo de Watergate e as políticas de austeridade econômica estabelecidas no período pós-Segunda Guerra culminaram em uma revolução no tocante à imagem que as populações do Norte geopolítico tinham de si mesmas. Apesar do movimento ter sua origem nos Estados Unidos, em maior parte, outros países como a Inglaterra e as nações peninsulares da Europa também fortaleceram o movimento de quebra com os “antigos valores” de uma sociedade em decadência.

O movimento pelos direitos civis e a oposição à Guerra do Vietnã serviram de motivos incendiários para o estopim da contracultura, que se proliferou pelos países do Norte mas ficou limitada à influência de pessoas como Muraro no Brasil.

O pacifismo, o movimento LGBT, o feminismo e o pensamento ecológico são algumas das lutas que integraram a contracultura, indo de encontro com a “política tradicional” ilusória e capitalista (BARROS, 2017).

O propósito dos contra culturistas era, em maior amplitude, criticar o sistema no qual se inseriam, de forma semelhante às fundadoras do feminismo moderno, as sufragistas do século XIX e XX.

Formado em sua maioria por jovens, o movimento resultou em uma ampliação do conceito de política, de forma especialmente relevante para os esforços do feminismo de segunda onda, que intencionava incluir o corpo e a sexualidade entre as propostas de emancipação (BARROS, 2017).

Luiz Carlos Maciel autorava, no periódico *O Pasquim*, a coluna *Underground*, na qual relatava as últimas reverberações da contracultura na sociedade e na juventude brasileiras. Em entrevista para Barros (2007), o jornalista relata:

Era um anseio generalizado por uma liberdade sexual maior (...) Porque [as pessoas] estavam submetidas às repressões externas e internas. Acho que esse foi o grande impacto e a transformação de comportamento nessa área de sexo, acho que a mais profunda que houve naquela época. (...) Até esta fase da contracultura, os costumes sexuais eram inteiramente repressivos mesmo. (BARROS, 2007 apud BARROS, 2017)

Já em um primeiro contato da sociedade brasileira com a contracultura, era questionada a noção da divisão binária entre homens e mulheres. O gênero, em sua concepção primária, logo evoluiu para um paradigma inescapável que, para as “contraculturistas”, se assemelhava muito com os outros limites socialmente impostos que se desfaziam naquele momento. No momento da eclosão da revolução sexual, se firmava em seu centro a pílula e o ideal de libertação da mulher da maternidade inerente e inescapável.

Além disso, o formato tradicional de família se desestabilizava, pois o sexo (aqui no sentido de cópula, em sua polissemia) se tornava então também uma ferramenta de prazer, assim como já o era para os homens. As antigas formas de viver se tornaram obsoletas, ultrapassadas, e deveriam ser substituídas por formatos que se encaixassem na realidade que estava sendo construída a partir da revolta contra o tradicionalismo e a repressão. O antagonismo ao modelo familiar monogâmico surge neste contexto de “fuga do sistema” (BARROS, 2017)

A possibilidade de escolha e de virar as costas para o modelo tradicional de família, conformista e alienadora , simbolizava uma fissura na estrutura interna do molde social imposto:

O poder da família reside na sua função de mediação social. Ao proporcionar a todas as instituições sociais um paradigma de fácil controle, ela reforça o poder efetivo da classe dominante, seja qual for a sociedade onde ocorra a exploração. Réplicas da família podem ser encontradas em todas as estruturas sociais. (COOPER, 1986)

Butler (2018) também fala sobre o papel da família estruturada como perpetuadora de moldes binários, na perspectiva do gênero. O controle social exercido pelo núcleo familiar o cerceia, desde o nascimento, as “regras” institucionais sobre seu comportamento, e os limites do aceitável. Tais regras são impostas de acordo com o gênero, que por sua vez é ditado pelo falocentrismo biológico e pelo determinismo sexual. (BUTLER, 2018)

A pílula, como contemporânea da contracultura e de todas as mudanças que esta acarretou, era um dos alicerces que apoiavam tal transformação da sexualidade feminina, que saía do campo do estritamente reprodutivo para o livremente prazeroso, assim como sempre havia sido para os homens. De acordo com Barros (2017), pode-se afirmar que “o feminismo foi e é uma contracultura em seu discurso intelectual, filosófico e político na busca da equidade de gênero.”

Portanto, o anticoncepcional inaugura uma nova era das relações entre mulheres e seus corpos, uma “emancipação física”, desvencilhando as esferas da reprodução e da sexualidade, que, apesar de biologicamente interligadas, não precisam ser socialmente indivisíveis. Porém, como é possível observar nas tendências do feminismo pós-moderno, o movimento rapidamente se viu em busca de uma categoria unificadora, que pudesse direcionar de forma mais eficaz sua mensagem de liberação ao seu público-alvo.

Nesse momento, após o crescimento das pautas envolvendo pessoas transgênero e transsexuais, surge uma divisão interna dentro do feminismo, exemplificada pelas divergências entre congressistas dos Encontros Feministas da América Latina e Caribe, quando enfrentadas com o questionamento de permitir ou não a participação de mulheres não-cisgênero no evento.

É possível que a condição da menstruação e outras situações atreladas a esta tenha, então, ocupado o lugar vago deixado pela maternidade como sentido unificador da categoria. Substituição esta que, no sentido oposto ao mesmo movimento da luta revolucionária pelos

direitos sexuais e reprodutivos, pode ser utilizada hoje para encarcerar o sentido do termo “mulher” novamente em sua casta biológica.

Butler (2018) questiona tal dedicação à criação de um termo onipresente, em detrimento do pensamento crítico que poderia revelar construtos profundos da heterossexualidade compulsória e do patriarcado dentro do discurso “emancipatório” feminista:

Que formas novas de política surgem quando a noção de identidade como base comum já não restringe o discurso sobre políticas feministas? (...) Até que ponto o esforço para localizar uma identidade comum como fundamento para uma política feminista impede uma investigação radical sobre as construções e as normas políticas da própria identidade? (BUTLER, 2018, p. 9)

A partir de então, as pautas se entremeiam. O feminino genotípico e fenotípico vão de encontro um com o outro. Quem está sendo emancipada; a mulher em sua relação interna, com seu próprio aparelho reprodutor, ou a mulher externa, desfazendo-se da imagem projetada? A binariedade está em cheque. A expressão de gênero é posta sob questionamento, não mais de forma etimológica ou epistemológica, mas sim em relação às suas raízes como forma de controle social e ferramenta de opressão política.

2.2 A dicotomia entre o biológico e o social

A conexão existente na sociedade contemporânea entre o sexo biologicamente determinado e o gênero socialmente aceito pode ser considerada dominantemente responsável pelos caminhos tomados no discurso identitário.

Bagagli (2018), citando Piscitelli (1998), desenvolve que, inicialmente, a oposição dicotômica entre gênero e sexo se baseava, de forma fundamental, na visão das alteridades biológicas como “um dado objetivo inquestionável”, uma designação “pré-cultural” e isenta de influências sociais. Tal concepção divisória tem sido criticada, desde o fim do século XX, por tornar estática a separação entre natureza e cultura.

Butler (2018), em sua obra “Problemas de Gênero”, problematiza tal dicotomia e questiona a construção de um sistema binário considerado “factual”, mas que, sob observação,

pode revelar “o modo como as fábulas de gênero estabelecem e fazem circular sua denominação errônea de fatos naturais.”

Compreendendo o início da distinção entre sexo e gênero como uma tentativa de questionar o determinismo biológico, Butler (2018) diz que esse dualismo, mesmo que aparentemente refém da intratabilidade do sexo, pode ser compreendido também como uma construção cultural na perspectiva do gênero. Assim, enquanto o sexo continuaria engendrado, o gênero seria fluido, mutável.

Mas, delineando a progressão dessa divisão, chegaria-se em um ponto onde a internalidade sexuada e a externalidade de gênero não têm conexão, o que, para Butler, é ilógico.

A autora determina que, mesmo se a binariedade do sexo fosse factual (o que não é, devido aos já expostos estudos de John Money nos anos 1950 sobre a intersexualidade em humanos), não existem ligações obrigatórias entre cromossomos XX ou XY e a expressão feminina ou masculina, respectivamente. “A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença em uma relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito” (BUTLER, 2018, p. 21)

A precisão entre macho/masculino e fêmea/feminino é criticada, já que, na visão de Butler (2018), não existem motivos que determinem invariavelmente a conexão entre as duas esferas. Assim, entra em cheque também a máxima científica de que o sexo seria “pré-cultural” ou independente do impacto social ao qual o gênero é submetido:

E o que, afinal, é o “sexo”? É ele natural, anatômico, cromossômico ou hormonal, e como deve a crítica feminista avaliar os discursos dientíficos que alegam estabelecer tais “fatos” para nós? Seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais? Como deve a noção de gênero ser reformulada, para abranger as relações de poder que produzem o efeito de um sexo pré-discursivo e ocultam, desse modo, a própria operação da produção discursiva? (BUTLER, 2018, p. 22)

Quem pertence a qual grupo, quem pode ou não utilizar tal nomenclatura, quais são os critérios de encaixe ou desencontro entre pessoas que se identificam com os mesmos termos. “Beauvoir diz claramente que alguém “se torna” mulher, mas sempre sob uma compulsão cultural a fazê-lo. E tal compulsão claramente não vem do ‘sexo’. Não há nada em sua

explicação que garanta que o ‘ser’ que se torna mulher seja necessariamente fêmea” (BUTLER, 2018).

Possivelmente, como resposta às perturbações ao sistema advindas das conquistas contraculturais a partir dos anos 1970, desenvolveu-se uma divisão científica entre sexo e gênero, utilizada então para, da mesma forma, manter engendrados as diferenciações entre homens e mulheres.

Dessa forma, apoiados pela lógica positivista de uma ciência alheia às nuances do socialmente construído, continuariam existindo somente duas categorias possíveis nas quais se encaixar, independentemente dos debates políticos sobre apresentação, sexualidade (aqui no sentido de desejo e atração, novamente delineando sua polissemia inerente) e outras questões “superficiais”.

A existência de uma diferenciação científica que desconsidera as repercussões sociais da atribuição sexual no momento do nascimento tem raízes profundas no positivismo que permeia as ciências da saúde. Segundo Löwy (1973), “A ideologia da neutralidade científica não é apenas falsa; ela cumpre uma função: legitimar uma ordem social específica ao apresentar como naturais e universais os fenômenos que, na verdade, são históricos e contingentes.”

Ao insistir em uma suposta neutralidade, as definições científicas de sexo se engendram em um espaço repleto de contingências sistêmicas, que dizem mais respeito aos propósitos de manutenção de um *status quo* sólido do que à realização do método científico de forma a incluir também as ciências sociais, que estudam os movimentos humanos.

“O método positivista ignora que o conhecimento não é um reflexo direto da realidade, mas uma construção social e histórica que envolve escolhas teóricas e práticas, todas elas marcadas por valores.” (LÖWY, 1973). A descrição de um sexo masculino, cromossômicamente XY, e um feminino, XX, tem atrelada a si os entendimentos sociais do que devem ser um macho, ou “homem”, e uma fêmea, ou “mulher”.

Fenômenos como os “chás de revelação”, onde gestantes e seus familiares fazem uma festa para revelar o sexo do bebê aos convidados são, discursiva e midiaticamente, uma forma contemporânea de ilustrar a ilusão da neutralidade científica. Por meio de ultrassom, os médicos observam o falo, ou órgão genital do feto em desenvolvimento. A partir disso, indicam: será menino, ou será menina. Não, “será fêmea” ou “será macho”, mas os termos derivados que carregam o simbolismo do gênero, do azul e do cor de rosa, das bonecas e dos carros.

Em tais comemorações, a decoração não é baseada na designação genética dos cromossomos do bebê. Não são expostos *cupcakes* e balões com “XX” ou “XY” escritos, mas sim de cores que significam, semioticamente, o sexo e, portanto, o gênero que será descoberto em instantes. Socialmente, o biológico e o social são virtualmente indiferenciáveis, atrelados um ao outro de forma “natural”.

Portanto, indagações internas são menos relevantes para a aceitação social; são os distúrbios externos que ameaçam dissolver a aparência de estabilidade. Em um sistema duplo, de presença ou ausência, de sim ou não, como referenciado em Beauvoir, perturbações da ordem são vistas como desafios para o regime político, o que pode criar um precedente preocupante se é visada uma continuidade da pretensão. “O falo aparece como o signo eminentíssimo da soberania masculina; quem o possui ocupa um lugar privilegiado no mundo.” (O Segundo Sexo, 1949, p. 207)

Segundo Butler (2018), a construção inquestionada do gênero como derivado do sexo impede que a identidade do primeiro seja entendido por meio de uma visão crítica feminista, já que o sexo se torna “absoluto” em sua qualificação biológica. De acordo com Butler, são criadas narrativas que atrelam o gênero ao sexo, à condição natural da mulher, no caso estudado aqui, e que portanto seriam inextricáveis quando se fala em menstruação.

A partir dessa percepção, pode-se compreender a relutância em aceitar uma “mulher”, de tal forma desligada da condição reprodutiva, que não entre nos moldes do feminino consagrado. Um dos questionamentos postos é sobre a contraproductividade de uma insistência na abrangência da “mulher”; as reivindicações de “representação” objetivadas pelo feminismo podem estar sendo coibidas pelas mesmas “práticas excludentes” que embasam a teoria feminista em sua noção de categoria-alvo universalizada (BUTLER, 2018).

Seria o termo “mulher” um símbolo de libertação das amarras de uma sociedade patriarcal ou somente mais uma prisão, agora apresentada com a ilusão de uma “escolha”. Mesmo o movimento feminista, motivado pelo desprendimento de regras forçadas e reproduzidas por milênios à fio, pode ser cegado pela falsa noção de autonomia decorrente do ressignificado do que é ser “mulher”.

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve

compreender como a categoria das ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação (BUTLER, 2018).

A autora critica a criação prematura de uma identidade comum sob a coberta de um termo “unificador”, que na realidade prática cria mais e mais divisões internas e disputas sobre quem pode ou não basear seu próprio sujeito no construto problemático da “mulher” moderna e emancipada. De acordo com ela, ao invés de um carro-chefe que abre caminhos e permite o florescimento de uma comunidade criticamente unida, este termo se tornou “problemático, um ponto de contestação, uma causa de ansiedade.” (BUTLER, 2018)

É especificamente a generalização de toda uma classe múltipla em suas características que cria essa instabilidade. Ao mesmo tempo, a ferramenta que deveria viabilizar o progresso feminino em pautas que concernem a independência financeira, a entrada no mercado de trabalho e o planejamento familiar, por exemplo, também impede que a crítica feminista avance além do estabelecimento de um “conceito basal” indispensável.

Assim, os inúmeros recortes de raça, classe social, sexualidade e etnia são colocados em segundo plano em prol de uma “identidade comum” que permite o avanço político. “Qual o sentido de estender a representação a sujeitos cuja constituição se dá mediante a exclusão daqueles que não se conformam às exigências normativas não explicitadas do sujeito? (...) A identidade do sujeito feminista não deve ser o fundamento da política feminista.” (BUTLER, 2018).

Butler questiona as óbvias contradições da consolidação do gênero. Tal estabilidade forçada ou forjada não seria “precisamente o contrário dos objetivos feministas?”. Tudo que é regulado é também restrinido. Estaríamos testemunhando uma transição de estruturas de poder, ou um remanejamento do domínio discursivo?

2.3 A menstruação como fardo e identidade unificadora

A questão da saúde reprodutiva sempre esteve no centro do feminismo. Afinal, foram a legalização e o advento da pílula anticoncepcional que se transformaram no estopim da

revolução sexual, eventualmente desembocando na situação atual das mulheres na sociedade (BARROS, 2017). Não somente escolher não ter filhos, mas a possibilidade de escolher não menstruar, foi um divisor de águas no tocante à relação de meninas e mulheres com o próprio corpo, em uma perspectiva cisgênero.

Ao longo da história, o ostracismo social sofrido por mulheres durante o período da menstruação², as conotações de sujeira e impureza derivadas do sangramento e a repressão da qualidade de vida em decorrência do sofrimento silencioso com as dores e outras consequências do período menstrual se tornaram uma forma de lugar-comum da experiência feminina. A formação desse ponto focal uniu e ainda une mulheres de todas as idades, sejam elas mais novas, durante o período da menarca, ou mais velhas, ao passarem pelo climatério e, eventualmente, pela menopausa.

Em Faveri e Venson (2007), mais de cinquenta mulheres entrevistadas dispuseram de seus relatos sobre o começo da vida reprodutiva, e os desafios que se apresentaram ao longo desta. A vergonha, o segredo e a ausência de aconselhamento foram amplamente citados como agravantes da menstruação. “Não consideramos a menstruação um fato natural simplesmente, mas um fato social, marcado pela cultura e representações que essas mulheres constroem sobre seus corpos.”

A historiografia da menstruação é extensa e repleta de preconceitos. A identificação entre mulheres cisgênero com tal experiência, cujo próprio nome já é uma palavra carregada de um discurso de vergonha, medo e penitência, acaba por unificar uma classe culpabilizada por uma situação inevitável e, de certa forma, irônicamente.

O segredo e o silêncio envolvem o corpo dessas mulheres (...) As etapas de transformação do corpo feminino são vistas como uma mutação suave que encaminha as mulheres para a função de reproduutoras. (...) A ausência de educação sexual faz com que a primeira menstruação seja uma surpresa vivida, quase sempre, no medo e na vergonha. (DE FAVÉRI, VENSON, 2007)

Se o papel da mulher é gestar, procriar e dar filhos saudáveis ao homem, por que a menstruação é tratada como um crime consumado? A mesma condição que viabiliza o

² Na definição médica, menstruação é a descamação do endométrio, o revestimento interno do útero, que ocorre regularmente em mulheres e pessoas que menstruam como parte do ciclo menstrual. Tal processo ocorre quando não há fecundação do óvulo liberado a partir da maturação dos folículos ovarianos, acarretando na descamação do tecido sanguíneo.

cumprimento de um papel engendrado na estrutura da sociedade é a que motiva o isolamento e a punição de meninas e mulheres ao redor do mundo.

Dessa forma, comprehende-se que o senso de identidade ao redor de questões reprodutivas é, particularmente, intensificado pela carga negativa trazida com o discurso patriarcal da vergonha. O cotidiano de segredos e esconderijos acaba por tornar-se um “rito que dá início ao processo de construir-se como *mulher*. ” Fazendo jus às múltiplas leituras possíveis da acepção de Beauvoir, as autoras a citam: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. O ato de menstruar, aqui, é relatado como o início do ato de *se tornar*.

Mesmo com as realidades do corpo biológico, são interrogadas as raízes da “verdade” sobre os corpos. O que é a mulher real? O que pode ser considerado um corpo real de mulher? De acordo com Fáveri e Venson, “a verdade é sempre construída nos diálogos, nas relações de saber e poder.” A bióloga feminista Anne Fausto-Sterling, citada pelas autoras, remete à discussão anterior sobre o viés da ciência, que não é tão isenta quanto se faz parecer.

Fausto-Sterling (2001) afirma que “nossos corpos são complexos demais para dar respostas claras sobre a diferença sexual. Aqueles sinais e funções corporais que definimos como masculino ou feminino já vêm misturados em nossas ideias sobre o gênero.” Portanto, as experiências corporais, mesmo que socialmente unificadoras, são associadas a um determinado gênero já pela associação discursiva que fazemos, como seres humanos, ou com o masculino, ou com o feminino.

Nem a menstruação, nem qualquer outra função fisiológica do corpo está absolutamente restrita a um tipo de corpo ou outro, pois existem diversas manifestações sexuais além do binarismo tradicional. Dessa forma, o gênero também não se enclausura no mesmo molde.

Seguindo a lógica de Fáveri e Venson (2007) e Fausto-Sterling (2001), estamos encarando o processo de forma invertida: não é a condição física da menstruação que caracteriza o gênero como feminino, mas, na verdade, é a construção discursiva do feminino na sociedade que restringe a menstruação a corpos estipulados como “mulheres”, uma categoria arbitrária criada dentro de uma lógica de fragilidade feminina.

Essa realidade biológica, porém, é utilizada em discursos que buscam excluir pessoas trans de espaços feministas, como justificativa para o não-pertencimento intrínseco de mulheres que não foram designadas como tal ao nascer. Nestes discursos, a condição física da menstruação

é posta, simultaneamente, como identificador e excluente da categoria das “mulheres” (COACCI, 2013).

Logicamente, a pretensão do movimento feminista seria de progredir até um ponto no qual as mulheres pudessem, finalmente, se emancipar das condições físicas que, um dia, já justificaram sua situação como cidadãs de segunda classe. Mas, de forma paradoxal, uma parte do movimento escolhe a menstruação e a presença (ou a ausência) do sistema reprodutivo feminino como o crivo da feminilidade.

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) no Brasil publicou, em maio de 2023, o guia institucional “Recomendações para Implementação de Iniciativas de Promoção da Dignidade Menstrual”, manual que conta com um glossário de termos utilizados pela organização para denominar espaços, atores e sujeitos das ações de combate à pobreza menstrual. Nele, o verbete da expressão “Pessoas que Menstruam” detalha:

Apesar de meninas e mulheres serem *stricto sensu* consideradas pessoas que menstruam, para fins deste trabalho, a terminologia aqui utilizada tem o intuito de incluir homens trans e pessoas não binárias que menstruam. Neste guia, falamos em mulheres, meninas e pessoas que menstruam para incluir homens trans e pessoas não binárias (UNFPA, 2023, p 16)

O termo político unificador da teoria de Butler (2018), causador de ansiedade e de instabilidade nas estruturas internas do feminismo por tentar reunir inúmeras interseccionalidades humanas sob uma única palavra, é ele mesmo colocado sob o “guarda-chuva” de outro termo pela Organização das Nações Unidas.

Ao mesmo tempo, o guia menciona a amplitude dos sujeitos da menstruação, o tabu ou estigma menstrual (UNFPA, 2023, p 16), questões infraestruturais de segurança e saúde para meninas e mulheres, além de justificar o uso da expressão “pessoas que menstruam” para reconhecer a complexa realidade brasileira:

Neste guia, falamos [pessoas que menstruam] para incluir homens trans e pessoas não binárias sem invisibilizar e excluir a maioria cujas políticas públicas de promoção da Dignidade Menstrual afetarão, sendo mulheres e meninas. (UNFPA, 2023)

Portanto, escolhas discursivas que levem em consideração as multitudes contempladas em uma expressão como “pessoas que menstruam” não partem de um local de apagamento do papel das mulheres no movimento feminista.

Na verdade, a ampla inclusão de pessoas que se consideram “mulher”, por além dos construtos ideológicos do sexo, pode conferir ao feminismo a força para encarar a estrutura sistemática que, ao financiar a pílula anticoncepcional, terceirizando o papel de prevenção da gravidez, e apoiar a entrada de mulheres no mercado de trabalho, mas sem compensar na divisão do trabalho doméstico não remunerado, serviram como uma luva aos propósitos patriarcais de uma sociedade “moderna” e “emancipada”.

No próximo capítulo, iremos discutir as fundações do discurso, e como este interfere na nossa percepção da liberdade.

3. NEUTRALIDADE OCULTA: O DISCURSO ISENTO

O discurso, em sua concepção básica, pode ser definido como o “efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2012). Dessa forma, não sendo confundido com a “fala” de Saussure ou o “meio como mensagem” de McLuhan, o discurso é, na realidade, a compreensão individual dos significados transmitidos. Quando se diz algo ou se escuta algo, não está sendo dito ou ouvido o discurso, mas sim a língua. A partir do entendimento dos sentidos da língua, porém, é que será formado o “discurso”, seja ele qual for.

Orlandi (2012) explica, em seu manual de princípios e procedimentos da Análise do Discurso, que a língua possibilita o discurso e vice-versa, mas de forma menos delineada do que se pode acreditar inicialmente.

Na verdade, as palavras e seus significados estão em constante movimento, transformando-se em outras e outros até mesmo no momento de sua troca entre interlocutores. “Não há uma separação estável entre língua e discurso”, ou seja, os dois se interpelam e são construídos um pelo outro ao longo do tempo.

3.1. Conceito e formação do discurso e da ideologia

O principal aspecto do discurso, de acordo com Orlandi, é a sua historicidade. Portanto, as palavras obtêm seus sentidos por se inscreverem na história e, carregando essa linha do tempo consigo, significam no hoje e no amanhã. Tudo que é dito já foi dito por outra pessoa, em outro lugar, em outro contexto, mas esse histórico não some; as palavras que dizemos, mesmo que sem nossa intenção, o trazem à tona.

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. (ORLANDI, 2005)

Todo discurso, carregado de sua historicidade, representa uma determinada ideologia. A ideologia é, justamente, constituída pelos sentidos trazidos pelo discurso, seja de forma

intencional ou não. “Todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. O discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia.” Metaforicamente falando, seria como o encontro entre o biologicamente determinado e o socialmente construído, como exemplificado no capítulo anterior. A língua, domínio da Linguística, se encontra com a ideologia, domínio das Ciências Sociais, confluindo na formação do discurso, múltiplo em seus sentidos e formatos.

A formação discursiva, portanto, envolve diversos fatores. Todo sentido é, obrigatoriamente, ideológico; pois é da interpretação da carga histórica do que é dito que se deriva seu significado. Se tudo o que tem sentido é ideológico, e tudo o que falamos tem um sentido, em consequência todas as mensagens emitidas são permeadas pela ideologia, palavra que em si mesma carrega diversos códigos, decifrados diferentemente a depender de seu contexto e de quem a decifra.

“As palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delineia na relação com os outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória.” (ORLANDI, 2005). A palavra é o formato básico da língua, o ponto de partida ou retomada da (re)criação de sentidos. A carga memorialista das palavras permite que cada uma delas contenha, em si, outras inúmeras palavras, frases e parágrafos já ditos, já lidos e já compartilhados entre pessoas.

Como o aforismo de Lavoisier, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma. Da mesma forma que a massa no Universo, funcionam os sentidos.

3.2 Historicidade, paráfrase e polissemia no discurso e nas palavras

Um exemplo contemporâneo desse peso trazido ao longo da história é a palavra “holocausto”. Segundo o jornal Deutsche Welle, o termo só começou a ser utilizado na década de 1980, para descrever o extermínio sistemático e em massa de judeus e outros grupos étnicos ou minoritários nos territórios conquistados pelo Terceiro Reich nazista.

A expressão foi adotada amplamente e, mesmo aplicada em outros contextos, como no título do livro da jornalista Daniela Arbex, “Holocausto Brasileiro” (Geração Editorial, 2013), carrega consigo o sentido adquirido com os horrores da Segunda Guerra Mundial.

No prefácio deste livro, inclusive, a também jornalista Eliane Brum questiona a escolha do título, brevemente, pela possibilidade de ser um “exagero” denominar como tal o genocídio de pelo menos 60 mil brasileiros nas mãos dos administradores do Hospital Colônia de Sacramento, o maior hospital psiquiátrico do Brasil à época, entre a primeira e a segunda metade do século XX.

Porém, como justifica, os terrores e a perda humana incalculável, mesmo que não a mesma dos mais de seis milhões de judeus mortos nos campos de concentração, qualificam o título para carregar o termo. Genocídio, sistemático, indiscriminado e, ao mesmo tempo, proposital. Características carregadas por ambos os eventos históricos.

Em fevereiro de 2024, o Presidente da República, Luiz Inácio “Lula” da Silva, fez um comentário sobre os atos do governo de Israel e de seu exército na Faixa de Gaza, território disputado por diversos atores desde a consolidação do estado israelense em 1948, somente três anos após a assinatura do armistício pelo Eixo e o fim da guerra.

Em consequência de uma ação executada em 8 de outubro do ano anterior pelo grupo terrorista Hamas, as forças israelenses invadiram o território de Gaza, com a pretensão de recuperar os corpos e os reféns ainda vivos mantidos em cárcere pelos terroristas.

Porém, ao ser questionado sobre a proporcionalidade da resposta israelense e o exponencial número de mortos e feridos em território palestino, incluindo milhares de mulheres e crianças, Lula comparou as ações do país de maioria judaica com as da Alemanha de Hitler, desenhandando paralelos entre as mortes de palestinos e judeus em diferentes momentos da história.

Tal declaração transformou o presidente brasileiro em *persona non grata* no país do Levante, mas revelou a sensibilidade atrelada ao termo. Seriam os dois eventos realmente comparáveis? Por que a palavra “holocausto” se tornou como um “gatilho” memorial? Quem detém a propriedade do genocídio? Quem morreu mais, quem planejou mais, ou quem teve mais intenção de matar?

No discurso e em seu aparato de análise, duas ferramentas de construção dos sentidos estão em constante embate e conciliação: a paráfrase e a polissemia. Orlandi (2005) pontua que a linguagem só pode se manter em funcionamento a partir das contribuições semânticas dessas duas forças, que mantêm e renovam os significados.

Afirma-se que a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos. Se os sentidos e os sujeitos não fossem múltiplos, não haveria necessidade de dizer. (ORLANDI, 2005)

Assim sendo, a continuação e a ruptura são partes essenciais de todo discurso inserido em algum contexto. O fato de tal palavra ou expressão já ter um significado não quer dizer que não possa ter outro, seja sua inscrição na historicidade da língua mais ou menos “impactante”. “Todos os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros. Todavia nem sempre o são. Depende de como são afetados pela língua, de como se inscrevem na história.” (ORLANDI, 2005, p 37)

A situação diplomática desencadeada pelo comentário exemplifica, claramente, o peso da ideologia na língua e, sendo assim, a prevalência do discurso. “Os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos.” (ORLANDI, 2005). As palavras falam com outras palavras, alojadas na memória.

O que está em questionamento não é a certitude ou não da comparação feita, mas sim as reações elicitadas. Cada extremo do eixo político se manifestou, repreendendo ou comemorando a fala de Lula, de forma completa, quase sem nuances. A possibilidade, meramente comentada, de que as vítimas de um terrível genocídio poderiam, setenta anos adiante, estar perpetrando algo de semelhante calibre em outra população desencadeou reações de porte internacional.

Uma palavra, mesmo uma cujo sentido adquirido remete a uma ideologia e a um trauma coletivo, não pode ser considerada como “propriedade” de alguém ou de algum grupo, de acordo com o discurso e a sua Análise. O espaço de ressignificação e memória é “fortemente regido pela simbolização das relações de poder.” (ORLANDI, 2005) O grupo que se encontra com o poder de “controlar” as relações de sentido tenta limitar a sua abrangência, e impedir que o domínio da palavra e de seu significado sejam reivindicados por outros.

Pela mesma ótica pode ser analisado o termo “mulher”. Quem são as “mulheres” e quantos sentidos esta palavra já carregou ao longo da História? Podem existir limites para o seu escopo e, se sim, quem são os encarregados de os estabelecerem? Há de se questionar as características aceitas ou negadas para que seja permitida a “entrada” no mundo das mulheres, e a consequente manutenção dentro de seus limites.

É dessa forma que o discurso se insere no cotidiano: constantemente trazendo a história, ou o passado, para o presente, e tornando a si mesmo o futuro passado de todas as palavras, termos e expressões que utilizamos.

3.2 Transgeneridade e discurso na construção feminista

É possível falar do passado, mas também é possível falar do futuro do discurso. Futuro este que se encontra sempre em construção no presente. Segundo Coacci (2013), em seus estudos referentes à historiografia da transgeneridade no feminismo, um dos pontos focais da construção da presença de mulheres trans e outras pessoas fora do espectro binário de gênero foram os Encontros Feministas Latinoamericanos e do Caribe.

Na décima edição do encontro, ocorrido em 2005 no Brasil, as peças constituintes do mosaico feminista recebiam uma adição cuja presença teria reverberações futuras sentidas até hoje, vinte anos depois. Na ocasião, organizações de pessoas trans, incluindo mulheres e pessoas não-binárias, demandaram a participação no evento, reivindicando seu espaço nos debates sobre o futuro do feminismo.

Apesar de não ser nenhuma novidade a circulação de alguns sujeitxs trans* pelos encontros, é apenas em 2005 que a participação de tais sujeitos se torna central para o debate de um encontro. Adrião, Tonelli e Maluf (2011) informam que mesmo antes do início do encontro já havia uma tensão no ar: o movimento trans havia enviado uma carta à organização do encontro requerendo a participação no encontro. Rapidamente constituiu-se, por via de e-mails, um fórum informal para debater sobre a possibilidade de participação dessas mulheres no encontro, no qual decidiram por não autorizar a participação de pessoas transexuais nesse encontro. (COACCI, 2013)

A discussão, ao longo evento, se transformou de “poderiam ou não as pessoas transfemininas participar dos Encontros”, para “seriam ou não essas pessoas trans mulheres de verdade” (COACCI, 2013). O autor cita, inclusive, outra perspectiva encontrada por ele no texto de Adrião, Tonelli e Maluf (2011): “Havia um receio, por uma parte das participantes, de que as pessoas trans* fossem representantes dos homens dentro do movimento feminista.”

Apesar de que a participação de mulheres e pessoas não-cisgênero tenha sido aprovada pela plenária realizada ao final do X Encontro Feminista Latinoamericano e do Caribe, a sua

presença não foi aceita de forma pacífica (COACCI, 2013). Desde a concepção do movimento feminista, o direito de reivindicação da palavra “mulher” estava no centro de um embate fervoroso. O conflito entre as partes que se consideram “proprietárias” do termo possui registros históricos, aprofundados a seguir.

A professora americana de estudos de gênero Susan Stryker publicou, em 2008, uma coletânea historiográfica sobre os mais significativos acontecimentos na história da presença de pessoas trans na sociedade, em específico a estadunidense. Em seu livro, ela exemplifica não somente pontos focais marcantes da história de pessoas trans, mas também aprofunda-se nas raízes do “desconforto”, como define, que pessoas cisgênero sentem ao redor de pautas não-conformistas com o sistema binário vigente que regula as relações entre sexo e gênero.

O feminismo transgênero, de acordo com Stryker (2008), nasce durante o feminismo radical dos anos 1960 e 1970, ou a chamada “segunda onda”, em meio à revolução sexual, ao advento da pílula anticoncepcional e às discussões sobre sexualidade, o estupro e a violência doméstica.

Esta fase do feminismo, porém, foi marcada por iniciativas contrárias à inclusão de pessoas trans em suas discussões e espaços. Coacci (2013), citando Stryker (2008), traz diversos exemplos de mulheres trans que foram achincalhadas durante as décadas da segunda onda. Beth Elliott, Sandy Stone e Nancy Burkholder são exemplos de mulheres proibidas de estarem em espaços designados para “mulheres”, mas em um sentido estritamente cisgênero. Todas as três eram consideradas *outsiders*, estrangeiras, penetras.

O caso Beth Elliott não é único (...) Sua história é representativa da emergência de um discurso no feminismo (em alguns feminismos) que marcou as mulheres trans* como homens estupradores de mulheres, como uma penetração não desejada no espaço das mulheres (STRYKER, 2008 apud COACCI, 2013).

Foi somente durante a “terceira onda” do feminismo que as pessoas trans começaram a corrigir o caminho tomado pelas feministas anteriores, que tendiam a “fazer vista grossa para diferenças entre as mulheres, em sua ansiedade para estabelecer a “mulher” como uma categoria política unificadora.” (STRYKER, idem)

A partir do momento em que o feminismo começa a se tornar interseccional, ou seja, levar em consideração as diferentes nuances da existência de todas as pessoas a quem ele concerne, como por exemplo a raça, a classe e a orientação sexual, se consolida o

“questionamento da utilidade do termo ‘mulher’ como a fundação de todas as políticas feministas.” (STRYKER, 2008).

Uma das marcas de tal interseccionalidade foram as críticas tecidas à abertura de espaços feministas para mulheres transsexuais que haviam passado pela cirurgia de redesignação sexual. Koyama (2006), apud Coacci (2013), censurou a determinação de inclusão seletiva, pelo racismo velado em seu critério. De acordo com Koyama, tal política “ignora o fato de que em geral mulheres negras e pobres não possuem condições para se submeter à cirurgia de transgenitalização.”

Como consequência de qualquer movimento social, uma tendência de inclusão provoca outra de exclusão. Se, por um lado, as feministas interseccionais começavam a entender o quanto complexas podem ser as vivências de mulheres ao redor do mundo, outras vertentes do feminismo procuravam estreitar cada vez mais o escopo compreendido como “verdadeiramente feminino”.

As feministas radicais trans-excludentes, ou “TERFs”, na sigla em inglês, não consideram que indivíduos transgênero ou transexuais possam ser incluídos nas pautas do feminismo. Os posicionamentos desfavoráveis à integração de questões relativas à identidade de gênero surgem já no início da segunda onda, no fim dos anos 1960, dentro de um contexto de unificação da categoria das “mulheres” com a intenção de uniformizar o movimento.

Apesar do radicalismo crítico de gênero existir desde o início das produções teóricas sobre o feminismo, a abreviação “TERF” começa a ser utilizada a partir do fim da primeira década do século XXI, com a emergência dos *blogs* e do conteúdo opinativo personalizado, especialmente originário dos Estados Unidos (BAGAGLI, 2019).

Hoje, devido às associações comumente feitas na *internet* com a sigla e um comportamento averso à inclusão, intensamente condenado nas redes sociais e comunidades virtuais atuais, a expressão “críticas de gênero” é mais comumente utilizada, para evitar sentidos atribuídos por “inúmeros contextos polêmicos em que é rotineiramente empregada” (BAGAGLI, idem)

Apesar do termo, nem todas as feministas que se identificam com uma vertente mais radical do feminismo compactuam com a exclusão de pautas *trans* do feminismo. Mesmo assim, a associação se tornou em um lugar-comum, uma *dogwhistle* amplamente reconhecida. Para

invalidar a identidade de pessoas trans, as TERFs recorrem ao determinismo biológico cuja ruptura está no cerne dos estudos de gênero.

O antagonismo às mulheres transgêneras no feminismo é frequentemente expresso pela defesa de noções como “mulheres nascidas mulheres” (womyn-born-womyn), mulheres de corpo feminino (female-bodied women) (HALBERSTAM, 2017, p. 107) ou ainda “mulheres-identificadas mulheres” (woman-identified women). Tais designações são utilizadas por mulheres cisgêneras para se diferenciarem de mulheres transgêneras, sustentando o implícito de que mulheres trans não seriam mulheres “nascidas mulheres” ou não teriam um corpo considerado feminino. (BAGAGLI, 2019, p. 25-26)

Autoras como Janice Raymond e Germaine Greer e suas obras impactaram de forma permanente a percepção do movimento feminista e suas vertentes mais radicais sobre assuntos relacionados à transgeneridade e à transexualidade. As acusações tecidas por ambas partem do princípio de posse do campo do feminino, questionando a inserção de “estranhos”, tanto em suas experiências acumuladas ao longo da vida quanto em seus corpos.

Halberstam (2017), no texto de Bagagli (2019, p. 29), argumenta que a perspectiva de Raymond sobre mulheres transexuais “comporta tanto a ideia de que transexuais são responsáveis pela reiteração da feminilidade tradicional quanto de uma invasão tipicamente masculina aos espaços e corpos femininos.”

Para feministas radicais trans-excludentes, “pessoas transexuais são entendidas como fazendo parte do ‘mecanismo do sistema patriarcal’ pois são capazes de invadir e invalidar o senso de *self* das mulheres, suas identidades, espíritos, corpos e sexualidades” (WHITTLE, 2006 apud BAGAGLI, 2019, p. 28-29). Assim, a mensagem de “ocupação” indevida de um território que deveria ser restrito às mulheres cisgênero por pessoas não-cisgênero é perpetrada até hoje, mesmo com inúmeros avanços no reconhecimento de identidades trans (Ministério Público do Paraná, 2024).

A mesma proposta que deveria unir o movimento feminista contra a apropriação de espaços femininos por “homens que se imaginam mulheres” motivou um cisma profundo entre outras vertentes do feminismo, pela necessidade de proteção contra o “cavalo de Tróia” simbolizado pelas TERFs (WHITTLE, 2006 apud BAGAGLI, 2019, p. 29). Mesmo vias de pensamento que vão de encontro uma com a outra, como as feministas liberais e as marxistas, adotaram o separatismo.

De forma contundente, o discurso contra a inclusão de pessoas fora da binariedade impõe possuir conotações de protecionismo, derivado da sensação de perigo em relação ao espaço criado pelo feminismo ao longo dos últimos três séculos, mais notadamente. A necessidade de separar e manter-se divididos de pessoas trans surge, de acordo com Serano (2007), de um “medo de que a inclusão de mulheres trans no feminismo possa diluir, distrair ou erodir um movimento que historicamente se centrou nos esforços e questões de mulheres cisgêneras (...”).

A autora indaga se os dois movimentos não seriam passíveis de um esforço conjunto, que se somassem, ao invés de se cancelarem. De fato, na perspectiva desse trabalho, a união entre o feminismo presente na luta contra a pobreza menstrual e na inclusão de pessoas trans no discurso não é caracterizada por atritos indesejáveis entre categorias que se antagonizam. Na realidade, a junção de dedicações para um objetivo em comum, a erradicação de uma mazela social, econômica e política, consequentemente emancipando todas e todos que se vêem vitimados por ela, é transformada positivamente.

Atualmente, as interações entre grupos que percorrem diferentes esferas acontecem em sua maioria no mundo virtual. As redes sociais, além de revolucionárias ferramentas de comunicação, também propiciam a criação de um ambiente pouco favorável às nuances intrínsecas ao pensamento humano. Dessa forma, uma mensagem emitida pode tomar inúmeros contornos, dependendo mais da interpretação de quem a recebe do que de quem a emitiu.

A anonimidade permitida em plataformas como o Instagram viabiliza a criação de âmbitos ditos “reacionários”, aversos às mudanças e modernizações inescapáveis de acordo com a marcha do tempo. Estudando a evolução desses ambientes e como a mensagem viaja por eles, chega até o interlocutor e retorna ao emissor por meio das ferramentas de comentários e reações, podemos compreender como se dá o processo de exclusão identitária nas mídias.

3.3 - Os limites da liberdade de expressão

Uma das mais frequentes discussões que circundam a pauta do discurso de ódio é a de que a liberdade de expressão deve ser um preceito inalienável e ilimitado. Em ambientes como as

redes sociais, a possibilidade de produzir comentários próprios ou deixá-los conectados com postagens e perfis de outras pessoas proporciona um amplo território para quem deseja expressar suas opiniões, seja em relação a si mesmo ou aos outros.

De acordo com Samantha Meyer-Pflug (2009), o discurso de ódio transmitido por meio da internet pode ser conceituado como um conjunto de falas e declarações que “consistem na manifestação de ideias que incitam a discriminação racial, social ou religiosa em relação a determinados grupos, na maioria das vezes, minorias.”

O propósito de expressar o ódio por meio das plataformas virtuais tem o intuito de desacreditar a comunidade construída ao redor da identidade atacada pelo discurso proferido. Sobre estes, a autora afirma: “Têm a finalidade deliberada de desqualificar e inferiorizar um grupo de pessoas, cuja dignidade se vê aviltada pelo emissor.” A partir desta premissa, aparece o discurso de ódio nas redes sociais.

No entanto, convém a discussão sobre a imposição de limites no plano digital. Da mesma forma como existem barreiras implícitas (como as regras de convivência social) e explícitas (como a violência e o direito de resposta imediata) para a expressão desenfreada de ideias, também deveriam, supostamente, ser estabelecidas divisas entre o aceitável e construtivo, e o inaceitável e odioso.

Nem toda opinião convém ser expressada, especialmente em ambientes sociais e interativos, que baseiam todo o seu funcionamento pleno na existência de perfis públicos e com visibilidade. E nem toda opinião pode ser classificada como somente uma opinião: discursos que disseminam o preconceito, a segregação e a estigmatização são considerados, de acordo com a legislação brasileira (Jusbrasil, 2015) como discurso de ódio, incluído no Código Penal Brasileiro e passível de pena.

Em “A Ironia da Liberdade de Expressão” (2005), o jurista estadunidense Owen Fiss, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Yale, disserta sobre o paradigma dos limites entre a liberdade de expressão individual e a proteção dos direitos humanos coletivos.

Primordialmente, o autor analisa o poder do Estado para assegurar a manutenção da liberdade de expressão, contrapondo suas análises da realidade contemporânea com casos famosos de omissão e retenção informacional por parte da máquina estatal, especificamente nos Estados Unidos ao longo do século XX.

A tese de Fiss defende que, apesar do mérito de afirmações que determinam o Estado como sendo o inimigo natural da liberdade, que estaria tentando silenciar os indivíduos e deveria ser ultimamente superado, também existe verdade por trás da hipótese de que o sistema governamental poderia, também, simbolizar um grande aliado pela liberdade.

Analizando uma ampla gama de polêmicas, como o próprio discurso de ódio, a pornografia, o financiamento eleitoral e o controle das mídias de massa, o autor pretende oferecer um novo contexto para a perspectiva de aliança entre a liberdade e o Estado.

Algumas premissas delineadas dão base aos argumentos de Fiss (2005), como por exemplo:

Uma [das premissas] é o impacto que as agregações de poder privadas têm sobre nossa liberdade; às vezes, o Estado é necessário simplesmente para contrapor tais forças. (...) Essa visão é baseada em uma teoria da Primeira Emenda e sua garantia de uma liberdade de expressão que dá ênfase em valores coletivos, em detrimento dos individuais. A liberdade que o Estado pode ser requerido a proteger é uma liberdade pública. (FISS, 2005)

Em alguns momentos, o Estado tentará conter manifestações individuais e coletivas que envolvam o debate, e nestas instâncias é a legislação que salvaguarda o direito de expressar-se livremente de todos os cidadãos. Em outros momentos, porém, o sistema pode se encontrar em uma posição de interferência ao dar mais robustez à discussão pública, em situações nas quais poderes externos ao Estado tentam suprimi-la. (FISS, 2005, p. 4)

Ao concluir o raciocínio, porém, o autor oferece um argumento que ilustra de forma sucinta uma possível resolução do conflito contemporâneo entre expressão de opinião e disseminação de ódio: “Talvez o Estado precise alocar recursos para aqueles cujas vozes não seriam, de outra forma, ouvidas. Possivelmente, ele pode precisar silenciar as vozes de alguns para que seja possível ouvir as vozes de outros.”

Assim, o autor elucida que, ao tentar ouvir todas as vozes ao mesmo tempo, algumas irão soar mais altas. Seja porque falam de uma posição privilegiada pela altitude do terreno, pelo vento que carrega suas palavras ou pela amplitude natural de suas vozes.

Pessoas que falam a partir de terrenos mais baixos, cercadas de muros que impedem a circulação, e que têm vozes naturalmente tímidas podem não ser ouvidas. Assim, seria papel do Estado, democraticamente eleito por todo o povo, assegurar-se de que todos os indivíduos sejam

ouvidos, mesmo que para isso seja necessário conter a fala de outros que tentam se sobrepor e dominar.

A proliferação do discurso de ódio pode ser vista desta forma, assim como a principal ferramenta de seu combate nas redes sociais. O gerenciamento todo-poderoso de empresas do setor de tecnologia sobre as regulamentações das plataformas de mídias digitais exclui a possibilidade de que o Estado proteja seus cidadãos de violações contra seus direitos, assegurados em lei (Supremo Tribunal Federal, 2024).

Igualdade e equidade são conceitos distintos; em uma sociedade inherentemente desigual, qualquer pretensão de igualdade passa, primeiramente, pelo desenvolvimento de equidade entre os indivíduos, permitindo que falem a partir de posições semelhantes (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, 2022).

Fiss (2005) alerta para o perigo da crença de que a “cura” para a repressão da liberdade de expressão seria, em torno, ela própria. Se um grupo em desvantagem social, por exemplo, se sente limitado por outro grupo que tenta coibir sua liberdade, a solução para tal problema seria então o “aumento” da expressão, reagindo à censura ou outros tipos de coerção.

O risco de adotar tal perspectiva de forma ilimitada, porém, é a ignorância ao impacto que o preconceito e o discurso de ódio têm no estado psicológico daqueles que precisam se defender. Ao longo do tempo, a “liberdade de expressão” que mascara uma externalização do ódio acaba por esgotar a liberdade dos oprimidos, sufocados pelo aumento de expressões odiosas. (FISS, 2005, p. 47).

O antídoto acaba se tornando o próprio veneno, tendo impactos profundos no bem-estar psicológico dos indivíduos que precisam lidar com a invalidação de suas identidades sob a suposta defesa de uma liberdade de expressão que os impede de se expressar livremente.

Na verdade, o receio é de que o discurso tornará impossível que tais grupos em desvantagem cheguem a participar das discussões. Neste contexto, o clássico remédio de ‘mais expressão’ se esvazia. Aqueles que deveriam responder não são capazes de fazê-lo. É sabido que o discurso de ódio causa uma diminuição na autoestima das vítimas, impedindo, portanto, sua participação completa em diversas atividades da sociedade civil, incluindo o debate público. Mesmo quando tais vítimas falam, suas palavras não possuem autoridade; é como se não tivessem dito nada. (FISS, 2005, p. 47)

4. O EMBATE MIDIÁTICO ENTRE IDENTIDADES

A internet, ferramenta de conectividade global que revolucionou a comunicação na virada do século XX para o XXI, assume vários moldes para se adaptar aos atores que a utilizam. Independentemente da idade, da profissão, da nacionalidade, do gênero ou do posicionamento político, existe sempre um local no qual é possível se fazer presente, para os outros e para si mesmo.

Entender a si mesmo na internet parte do princípio de construir uma identidade reconhecível, seja pelo perfil ou pelo teor das marcas que cada ator midiático deixa ao interagir com as inúmeras redes de transmissão de conhecimento abrigadas pela *World Wide Web*. Cada indivíduo tem infinitas escolhas, infinitos grupos, infinitas comunidades das quais pode participar e para as quais pode contribuir.

A peculiaridade da internet, porém, é que ela não possui endereço. Os computadores que utilizamos, sejam eles no tamanho normal, como laptops e *desktops*, ou em miniatura, como os pequenos supercomputadores que carregamos no bolso, têm “etiquetas” digitais. Mas até os métodos mais eficazes de identificação em um ambiente com tamanha amplitude podem ser mascarados.

Nós guardamos as informações mais importantes sobre nossas vidas públicas e privadas nos celulares. Tais informações ficam à nossa própria disposição, para compartilhar ou resguardar. Porém, como todas as trocas, para conseguir algo de uma comunidade é preciso dar algo para esta, em retorno. Assim se formam as redes sociais nas mídias.

Neste capítulo, será explorada a habilidade imensa de conexões que os seres humanos são capazes de forjar ao se inserir no contexto da comunicação digital, como forma de encontrar outras pessoas semelhantes, com as quais possam construir ligações.

Da mesma forma, será analisado o outro lado da moeda, que se revela quando as informações cedidas pelos atores digitais são utilizadas contra sua pessoa e suas comunidades. O ódio, a desinformação e o preconceito são, de forma frequente, inerentes às coletividades, às inclusões e à integração supranacional entre pessoas com características em comum.

4.1 - Internet, redes sociais e possibilidades infinitas

De acordo com Manuel Castells, um dos mais prolíficos e proeminentes estudiosos das redes sociais no século XXI, "a internet foi criada como uma rede de comunicação descentralizada, projetada para resistir a interrupções, e nasceu do cruzamento entre pesquisa acadêmica e objetivos estratégicos militares." Descentralizada, resistente, geopoliticamente relevante.

Estas três características podem descrever tanto a internet do tempo de Alan Turing, com o desenvolvimento de seu decodificador automático, o precursor dos computadores modernos, na época da Segunda Guerra Mundial; quanto a rede global que podemos acessar hoje, por aparelhos portáteis que cabem na palma de uma mão. (CASTELLS, 2003).

Em seus estudos preliminares sobre o desenvolvimento de uma sociedade “em rede”, ou seja, formada por indivíduos constantemente conectados uns aos outros, sobrepondo quaisquer barreiras territoriais, Castells (1996) considera que a invenção e ampla aceitação da internet como um marco revolucionário em diversas perspectivas.

Não somente em questão de tecnologia, mas também medindo os enormes impactos sociais e culturais de um novo estilo de vida que surgia, com informações ao vivo e a consciência cada vez maior de que o mundo todo poderia ser acessado.

Autores como Castells, Recuero (2009) e Teixeira (2013), compartilham de uma perspectiva positiva sobre o advento da Web. Recuero, por exemplo, define que o surgimento da internet “proporcionou que as pessoas pudessem difundir as informações de forma mais rápida e mais interativa”, ressaltando o saldo de novos canais de informação sendo criados e a pluralidade de circulações entre diversos grupos sociais, inseridos em um contexto digital e sem fronteiras.

116

Os três, porém, assim como a maioria dos teóricos que estudam a fundo as mudanças do sistema global desde a ampliação do escopo da internet, reconhecem que as mesmas características que propiciaram à internet um crescimento vertiginoso de usuários e de comunidades, também seria possível de abrigar os mesmos padrões de comportamento percebidos no mundo fora dos ecrãs.

Todas as informações e os processos de formação de identidade a partir do encontro de grupos cujas características se assemelham aos seus que podem ser encontrados nas civilizações,

de forma quase atemporal por sua regularidade, também são encontrados no mundo digital, como afirma Recuero (2009):

Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões. (RECUERO, 2009, 24).

Aqui, a autora argumenta que as estruturas sociais construídas entre humanos ao longo da vida são replicadas de forma simétrica nas mídias digitais, por serem todas consideradas “redes”, tanto as que se formam ao vivo quanto as que surgem *online*.

Essa formulação de um conceito-base que, ao ser compreendido, pode ser aplicado a todos os tipos de relações humanas (a criação de redes), facilita o entendimento do porquê de Castells (2003) posicionar a internet como talvez o maior marco transformador da sociedade até hoje. Imagine todas as interações sociais que já aconteceram na vida de um ser humano até o presente; e então, pense nas inúmeras outras possibilidades de conversas, trocas e compartilhamentos se, em cada momento, fosse possível falar com incontáveis momentos ao mesmo tempo.

4.2 - Interação e formação de comunidades

Recuero (2009) elabora não somente sobre o impacto tecnológico da internet, mas principalmente sobre a influência no processo de criação de relações por sujeitos no ambiente digital. Para a autora, os indivíduos se tornam também criadores de sentidos, tendo mais autonomia mas, da mesma forma, mais impacto naquilo que é dito e compartilhado.

Em um ambiente onde o poder simbólico³ se torna pulverizado, distribuído de forma ampla entre os usuários, as estruturas sociais podem ser alteradas. A continuidade entre o sujeito dentro e fora da internet só precisa existir se o mesmo desejar. Cada ator tem a autonomia de definir suas comunidades, a informação que recebe e que emite, e os perfis com os quais não deseja estar engajado.

³ Aqui utilizamos o conceito de Pierre Bourdieu, em *O Poder Simbólico* (1989), definido como a força de significação e validação de tais significados, dentro de uma sociedade que se beneficia com a manutenção de forças pré-estabelecidas; ou seja, com a continuidade de símbolos hegemônicos.

A sobreposição de barreiras físicas proporcionada pelo ambiente virtual serviu como incentivo às pessoas que desejavam formar conexões além do seu cotidiano. De acordo com Recuero (2009), sujeitos com identidades semelhantes podem “estabelecer relações e formar comunidades (...) As interações através do computador estão possibilitando o surgimento de grupos sociais na Internet, com características comunitárias”.

Recuero (2009) também argumenta que o dia a dia dos membros de comunidades *online* passou por mudanças drásticas, impactando os processos de criação e transmissão de sentidos. A autora afirma: “[os usuários] não apenas refletem essas redes, mas influenciam sua construção e, com isso, os fluxos de informação que circulam nesses grupos.” A partir da canalização de identidades que se transportam do real para o virtual, as redes sociais digitais são formadas.

Para entender como essas comunidades se formam, é também preciso compreender a contribuição de cada indivíduo que a integra. O que é oferecido, o que é recebido, de que forma aquelas pessoas moldam o ambiente virtual ao seu redor para que “pareça” mais com eles, deixando marcas de identidade nas redes.

Um exemplo disso são os perfis personalizáveis; as fotos de perfil, as “biografias”, os destaques; todos estes fatores são marcadores identitários que, por vezes, podem até indicar o pertencimento (ou o afastamento) de alguém a um grupo.

Dentro das comunidades, se aglutanam pessoas que se identificam umas com as outras, que vêm no outro um reflexo de si mesmo. Assim, conforme as conexões entre indivíduos se fortalecem, elas crescem ao redor de fatores de identificação comum. Alguns exemplos de fatores podem ser: a sexualidade, o gênero e a experiência *queer*, no caso da comunidade LGBTQIAP+; os esportes, o cinema, a política.

O estudo das redes sociais na Internet, assim, foca o problema de como as estruturas sociais surgem, de que tipo são, como são compostas através da comunicação mediada pelo computador e como essas interações mediadas são capazes de gerar fluxos de informações e trocas sociais que impactam essas estruturas (RECUERO, 2009)

Cada comunidade social possui seu próprio conjunto de informações compartilhadas. Os conhecimentos podem ser transferidos dentro dos grupos, entre grupos e até entre diferentes redes, construindo uma teia complexa de produção e propagação de dados. “Os processos de

difusão das informações são resultado das interações e dos processos de conflito, cooperação e competição.” (RECUERO, 2009, p. 116).

Além dos três elementos precursores da disseminação informacional, a autora também elenca o dinamismo das redes, que colabora para a “percepção das alterações da rede diante dos contextos e das interações dos atores que a constituem.”

Natalie Fenton (2012) analisa a Internet como, primordialmente, um espaço político e com diversas possibilidades de posicionamentos. A autora, ao elencar as características mais relevantes que fazem da Internet tal espaço catalisador de transformações, categorizou em três grupos distintos os aspectos que, de forma mais notória, formam a capacidade da Internet de formar comunidades, difundir informações em alta velocidade e abranger uma ampla gama de usuários em inúmeros locais:

1. Velocidade e espaço: Requerendo mínimos recursos e formalidades, a Internet é capaz de facilitar comunicações entre organizações, como ONGs e governos, e de permitir que comunidades se proclamem e demonstrem suas opiniões sobre eventos locais ou globais, sejam elas de apoio ou de protesto.
2. Conectividade e participação: A consciência coletiva de indivíduos é ampliada pela internet, que proporciona aos sujeitos marginalizados e excluídos uma oportunidade de transpor sua posição sistemática desprivilegiada. Empoderamento social, alianças transnacionais entre comunidades, ferramenta de transformação social.
3. Diversidade e horizontalidade: Além de impactar a forma por meio da qual as mudanças sociais ocorrem, a internet influencia de maneira ainda mais profunda a própria estrutura da revolta e do protesto político, descentralizando (ou seja, tornando o vertical em horizontal) e diversificando as vozes e os grupos que se fazem ouvir. Os propósitos podem ser diferentes, mas os alvos de protesto se interpelam.

A perspectiva de Fenton (2012) coloca no centro da discussão o radicalismo político progressivo, como forma de efetuar mudanças na sociedade utilizando as redes sociais digitais. O radicalismo, sob esta ótica, se baseia em um referencial teórico divergente do que é utilizado

pelas “TERFs” (feministas radicais trans-excludentes), que utilizam da nomenclatura “radical” para, como indica a conotação do termo, romper com as expectativas sociais e ir no caminho contrário ao da estrutura patriarcal, considerando a si mesmas como subversivas.

Na verdade, por negarem o construto social do gênero e delimitarem o escopo do seu ramo do movimento feminista às definições do século XX sobre sexo biológico, as TERFs passam a contribuirativamente para a continuidade da opressão feminina. Afinal, se existe algo essencialmente feminino na biologia corporal de um ser humano com os cromossomos XX, então as outras teorias misóginas e opressoras que se baseiam na obrigatoriedade da gravidez e da inferioridade física das mulheres também têm justificativa.

O determinismo biológico é como um agente duplo: da mesma forma que valida as teorias transfóbicas de feminilidade restrita ao sexo, também legitimiza a noção patriarcal da inferioridade feminina por características imutáveis e “pré-culturais”, que nada teriam em relação com um machismo estruturalizado, mas sim com a realidade fisiológica de uma suposta superioridade masculina.

Os espaços para engajamento político têm se expandido no ambiente digital, e a Internet é agora central para a compreensão da mediação de identidades políticas e declarações de crenças políticas (...) De uma forma que Diamond (2012: xi-xii) definiu como ‘tecnologia de libertação’, que pode empoderar indivíduos, facilitar a comunicação e a mobilização independentes e fortalecer uma sociedade civil emergente. (FENTON, 2012, p. 174)

Para Fenton (2012), as implicações da adoção do espaço virtual como território fértil para o protesto e a discussão política não se limitam somente às *hashtags*. A autora expõe que a própria “ontologia política” é afetada e transmutada na ampliação da internet como ferramenta de comunicação. Ou seja, o significado, os processos e o próprio significado da política, nos modelos tradicionais, são afetados.

A facilidade encontrada para a construção de comunidades e alianças, além da portabilidade e praticidade de acessar tais conexões a qualquer momento, é considerada o fio condutor para a constituição de movimentações políticas, que são capazes de transpor as barreiras geográficas de nações e continentes, fortalecendo tais fluxos.

Tal propensão também pode agir de forma contraprodutiva para o desenvolvimento de um ambiente saudável na Internet, mesmo com embates e discordâncias entre grupos sociais. De acordo com Stein, Nodari e Salvagni (2018), “um dos desafios relacionados à administração das

redes sociais é a instantaneidade com que comentários positivos e negativos chegam até a plataforma.” Tal característica é conhecida como interatividade, definida como a “capacidade do utilizador de manipular e influenciar diretamente a experiência com a mídia, e de se comunicar com os outros através dessa mesma mídia” (CASTELLS, 2007).

A rapidez interativa vista no ambiente virtual pode, da mesma forma que viabiliza revoltas contra injustiças sistemáticas, criar um “efeito manada”⁴, no qual pessoas abdicam da reflexão e consideração das consequências para priorizar a velocidade de resposta. Em decorrência disto, a integridade do discurso na mensagem original pode ser deturpada, mal interpretada ou até condenada de forma equivocada, pela “pressa” de emitir um posicionamento, seja este qual for.

A individualidade do meio virtual pode provocar diversas interpretações de um mesmo discurso, incluso em uma mesma mensagem, texto ou produto midiático. A construção da Internet como ambiente politizado, a velocidade de interação permitida aos usuários e a força das conexões intracomunitárias, construídas com base em aspectos identitários, propicia a formação de comentários que capitalizam no conceito de “protestar” ou “contestar”, sem tempo para refletir o que está sendo, verdadeiramente, protestado ou contestado.

Fenton (2012) expande seu raciocínio sobre este efeito adverso da conectividade. “A capacidade da internet de construir e mobilizar redes políticas de resistência para revidar estruturas de poder dominantes, tanto nacional quanto internacionalmente, tem sido bem documentada.”

Porém, como delineia, os representantes dos interesses favoráveis à manutenção de sistemas opressores também constroem e participam das mesmas comunidades virtuais. “Da mesma forma como as novas mídias são utilizadas para fins emancipatórios, também o são para suprimir dissidências” (FENTON, 2012, p.).

No próximo item, iremos discutir o discurso de ódio nas redes sociais e sua capacidade de beneficiar-se da distribuição massificada de informação, fomentando preconceitos e impactando a política real, além das telas.

⁴ O efeito manada ocorre quando as pessoas tomam decisões baseadas nas atitudes dos outros em vez de usar suas próprias análises. Esse comportamento em grupo pode levar a decisões irrationais ou prejudiciais, pois as pessoas seguem a multidão sem considerar as consequências.

4.3 - Discurso de ódio, disseminação informacional e suas repercussões

Grupos e comunidades virtuais são constituídos por meio de símbolos, utilizados por seus participantes como forma de padronização. Tais símbolos, centrais para a manutenção coesa de tais redes sociais, podem ser das mais variadas categorias: sexualidade, religião, cultura *et cetera*.

Stein, Nodari e Salvagni (2018) comentam que é da própria sociedade que o ódio se origina, a partir dos conceitos apresentados por Lebrun (2008), sobre as origens do ódio e o seu futuro como ferramenta discursiva. As autoras ressaltam: De acordo com Lebrun, o ódio é oriundo da opressão. A civilização ‘impõe sempre um gozo a menos, uma falta, uma restrição, e a isso respondemos com o ódio’”.

Em sua obra “O futuro do ódio”, Jean-Pierre Lebrun (2008) disserta sobre as origens do ódio como sentimento humano, suas raízes psíquicas e sua eventual manifestação discursiva. De acordo com o autor, o ato de odiar nasce do reconhecimento de um Outro, em oposição a si. Neste Outro, existe algo a mais, algo que revela a existência de um “vazio” no enunciador. Tal confronto com esta ausência, e a inconformidade, originam a angústia, o desprezo, o ódio.

Aí está porque o ódio se aninha no coração do ser de cada um. Não somente ele nasce devido à palavra, não somente ele se endereça ao vazio que habita a fala, mas o lugar desse endereçamento está situado dentro do próprio ser, não dentro do outro primeiramente ; mas pelo fato de eu ser feito no material do Outro, ele é endereçado ao Outro que contenho em mim mesmo, ao Outro que primeiramente eu sou. (LEBRUN, 2008, p. 28)

O ódio é, portanto, sempre expressado a partir de uma ausência percebida como diferença essencial entre si e o Outro. O porquê da existência de tal subterfúgio, porém, é entendido por Lebrun como uma reação quase de “autodefesa”, quando uma crença ou um valor

são questionados ou têm suas vulnerabilidades expostas. Dessa forma, o “ser” de si se encontra ameaçado, sob ataque, e revida a afronta com o ódio falado, expresso verbalmente.

“[O ódio] ocorre cada vez que nos fica evidente que o vazio é que habita o cheio, cada vez que se ouve repetidamente que o que cremos ser consistente e sólido não é senão frágil e precário” (LEBRUN, 2008, p. 22). Em síntese, o autor afirma que o ódio se mostra presente em todas as situações nas quais não admitimos “que o outro é somente outro como nós” (idem)

Em Fenton (2012), a autora apresenta uma perspectiva multifacetada sobre a dinâmica entre a disseminação e a repressão ao ódio. Como toda ação exige uma reação de igual força, assim funcionam as redes sociais: quando movimentos discriminatórios surgem representados nas mídias, são formados também os grupos que agirão na contramão do preconceito, utilizando as mesmas plataformas para tentar refrear sua progressão.

Fenton (2012) descreve tal movimento não de forma maniqueísta, associando lados e grupos específicos e determinando uma “luta do bem contra o mal” a ser travada nas redes sociais; na verdade, a autora explica que ambas ação e reação alimentam uma à outra, dando “voz e poder a quem não os possui nos meios tradicionais, permitindo, então, que as pessoas se unam em torno de causas para promover uma mudança social”.

Tais “mudanças sociais” podem ser associadas a diversos movimentos, independentemente de posições no espectro político; dessa forma, a rede digital se torna uma ferramenta imprescindível no tocante à efetivação de transformações sociais. Em contextos geopolíticos contemporâneos, por exemplo, a complexidade do impacto das plataformas midiáticas como Twitter, Instagram e Facebook no equilíbrio entre forças opostas é notório (Le Monde Diplomatique Brasil, 2020).

Os autores abordados nesta pesquisa corroboram com perspectivas anti-sistêmicas, no entanto. Manuel Castells, ao estudar o poder das redes de comunicação para a reconstrução de estruturas vigentes, reitera a importância dos atores individuais e sua cooperação para a formação de movimentos sociais metamórficos.

O autor afirma que a “política de oposição” (CASTELLS, 2009, p. 300) tem uma chance inédita de prosperar, pela multiplicidade de posições possíveis para a demanda de mudanças institucionais.

Ao utilizar “redes de comunicação horizontais e a mídia convencional para retratar suas imagens e mensagens”, os atores sociais em rede conseguiriam aumentar de forma significativa

sua influência nos acontecimentos globais e sua presença em repercussões futuras. Tal impacto teria efeito mesmo ao considerar as posições sociais, econômicas e políticas de tais indivíduos, pela capacidade da internet de mascarar as desvantagens simbólicas (CASTELLS, 2009, p. 302).

Apesar do otimismo de Castells, Fenton (2012) se mostra mais cética, colocando-se em oposição às idealizações de reviravolta política global iminente pelo poder das mídias. A autora questiona a precisão de tais ações: como serão realizadas, organizadas ou planejadas? E por quem?

Simplesmente constatar que o potencial de um novo *nirvana* comunicacional provocado pela internet causará uma transformação política, sem considerar a forma pela qual tal protesto se traduzirá em uma realidade política, não é o suficiente. A mobilização do protesto é facilmente identificável; a mudança política, nem tanto (FENTON, 2012, p. 177)

No escopo deste trabalho, porém, focamos nos efeitos transformadores produzidos por comunidades que defendem a identidade de gênero, em específico a de mulheres *trans* e seu processo de invalidação e repressão por integrantes do movimento feminista que criticam a ideia de “gênero” e rejeitam a existência de mulheres que não tenham a composição biológica feminina. No próximo item, vamos explorar o posicionamento de pessoas mantidas à margem e reduzidas às suas características recusadas pelo sistema social no qual estão inseridas.

4.3.1 - O estigma nas redes

Em seu trabalho sobre estigmas sociais, Erving Goffman estuda a concepção de tais descréditos que atingem identidades, grupos e ações consideradas “fora do comum” para a sociedade. O estudo do estigma revela suas profundas repercussões nas vidas de indivíduos que possuem características rejeitadas ou participem de comunidades com valores excluídos do escopo aceitável em determinada cultura ou contexto.

“O estigma, portanto, é a situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena” (GOFFMAN, 1988, p. 4). Ao invés de ser visto por completo, portador de complexidades assim como qualquer outro, o sujeito estigmatizado é reduzido àquela única

faceta, sendo ela determinante para a percepção que os outros terão sobre o seu caráter e conduta pessoal. Tal redução vulnerabiliza o indivíduo, que se torna propenso à manipulação por meio do controle de aceitação de seu estigma na sociedade.

No momento em que o “desvio” de identidade é descoberto pela comunidade na qual o indivíduo está inserido, ele passa a ser visto como “discrepante”, o que lhe exclui da uniformidade social. A desconformidade afasta o estigmatizado, tanto dos que habitam seus arredores quanto de si mesmo, ao se perceber alheio e excluído de grupos que lhe forneciam o pertencimento. Ao ver-se excluído, o sujeito afastado “acaba por ser uma pessoa desacreditada frente a um mundo não receptivo” (GOFFMAN, 1988, p. 19)

Goffman relata que uma pessoa comum, que poderia integrar determinado tecido social de forma uniforme se seu estigma não fosse conhecido, “possui um traço que se pode impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus” (GOFFMAN, 1988, p. 14). A característica estigmatizada se torna o todo, e não somente uma parte, do indivíduo que faz parte de um grupo visto como não-compactuante com as rígidas regras sociais de comportamento.

O autor entende que, a partir do ostracismo social sofrido, a vida de quem é visto como estigmatizado se torna, então, uma interminável busca da “aceitação”, que só chegará a partir da negação de quem se é, como forma de dar lugar a outro, não-estigmatizado, que consiga ser aceito e integrado.

De acordo com a pesquisa do cientista e psicólogo Kipling D. Williams (2007), ao sofrer ostracismo, o cérebro humano registra estímulos na mesma parte em que o faz quando sofremos com dores físicas. Neurologicamente, portanto, a dor de ser excluído de sua comunidade, frequentemente por motivos fora do controle do indivíduo, como a sexualidade e a identidade de gênero, causam um sofrimento psicológico semelhante à dor corporal.

Williams também especifica, ao longo de seu trabalho, os efeitos a longo prazo da exclusão social, afirmando que até períodos breves de ostracismo “resultam em tristeza e raiva, ameaçando necessidades indispensáveis” (Idem, 2007).

Uma das consequências notáveis do ostracismo, porém, é a desintegração gradual das habilidades psicosociais das vítimas, que, à medida que se tornam permanentemente excluídas pelos seus pares, também sofrem com a diminuição de sua estabilidade emocional, perdendo a capacidade de regular as próprias emoções e lidar com situações adversas. As mais profundas

sequelas, porém, são o desenvolvimento de distúrbios psiquiátricos como a depressão e de um estado emocional de desamparo. (WILLIAMS, 2007).

Em um trabalho publicado posteriormente, o pesquisador reitera a definição de ostracismo como “ser ignorado e excluído por uma ou mais pessoas”, e elenca tais necessidades psicológicas ameaçadas e as consequências causadas pela sua ausência: “(...) Pertencimento, autoestima, autocontrole e uma existência significante. [O ostracismo] desencadeia uma variedade de respostas fisiológicas, cognitivas e comportamentais” (WILLIAMS, NIDA, 2001).

Com sua pesquisa empírica sobre os efeitos do estigma e do ostracismo causado por este, o psicólogo americano solidifica a teoria de Goffman, que entende o indivíduo estigmatizado como uma vítima que se torna um alvo social, portadora da pena de não se encaixar nas regras de identidade impostas.

A linha de raciocínio entre a elaboração do conceito de exclusão social e a marginalização de pessoas *trans* leva em consideração a perspectiva estrutural de alguém que não está em conformidade com as regras e deve, portanto, ser ostracizado. Pensando nos comprovados efeitos psicofísicos da separação de um indivíduo de sua comunidade, é possível concluir que a caracterização como *trans* pode, em certos casos, causar uma excisão social do sujeito, resultando em uma vivência desprovida de suporte familiar e comunitário.

Tal situação pode acarretar no desenvolvimento de distúrbios psicológicos, na sujeição à abusos físicos e em diversas outras maneiras das quais o ator social excluído faz uso para conseguir sanar a ausência das redes sociais ao seu redor, neste contexto entendido como as ligações inter humanas, características de uma vida em sociedade.

Um dos exemplos de ostracismo perpetrados pelo movimento feminista em relação às mulheres *trans* foi o ocorrido na segunda e na terceira edições dos Encontros Feministas Latinoamericanos e do Caribe, no início dos anos 1980.

Ao serem impedidas de adentrar o evento, tanto em Lima, no Peru, quanto em Bertioga, no Brasil, as mulheres *trans* que haviam se mobilizado para colocar a pauta do seu pertencimento à categoria foram ostracizadas, vítimas de uma exclusão sistemática por uma organização que deveria ir contra as formas patriarcas de hierarquização social, mas que terminou por reproduzir os mesmos movimentos de segregação e de criação de formatos, inserindo a “mulher biológica” como o principal sujeito do feminismo contemporâneo (COACCI, 2013 p. 137).

A pessoa estigmatizada, portanto, deve não somente carregar o peso de, involuntariamente, conter em si uma característica indesejada, como também precisa criar uma projeção de si mesmo, mais aprazível, para facilitar o convívio com os outros, ao mesmo tempo que percebe suas capacidades emocionais e administrativas se deteriorando, como resultado da exclusão. O resultado de tal apagamento é alguém que vive em um limbo, entre o aceito e o rejeitado, sem nunca encontrar-se realmente moldada à uma ou à outra categoria.

Exige-se do indivíduo estigmatizado que ele se comporte de maneira tal que não signifique nem que sua carga é pesada, e nem que carregá-la tornou-o diferente de nós; ao mesmo tempo, ele deve-se manter a uma distância tal que nos assegure que podemos confirmar, de forma indolor, essa crença sobre ele. (GOFFMAN, 1988, p. 133)

Os estigmas, assim sendo, são fatores especialmente suscetíveis ao discurso de ódio, que, como já visto, é uma vocalização da diferença que existe no Outro, rejeitada como representante de um desafio à estrutura sólida dos parâmetros sociais. O ódio é, então, um aproveitamento do estigma, que se torna munição contra indivíduos marginalizados, que já não possuem mecanismos de defesa igualitários. Nas redes sociais, o ódio exacerba o ostracismo que resulta do estigma, podendo até transmitir correntes virulentas para o mundo real.

4.4 - A construção epistemológica das redes sociais e suas falhas

Sobre os impactos perceptíveis do ativismo nas redes sociais digitais, Fenton (2012) e Castells (2009) habitam pólos contrários. Enquanto Castells elucida sua perspectiva sobre a presença dos mais jovens nas mídias e seus consequentes impactos nas estruturas de poder externas e internas, Fenton acredita que o otimismo acrítico sobre as transformações tecnológicas ocorre à custo de discussões mais profundas sobre a verdadeira raiz do poder, entendido pela autora como sendo embasado no modelo econômico capitalista.

Apesar de acreditar no poder de mudança possibilitado pelas redes sociais, Castells escolhe focar na historiografia dos movimentos revolucionários e das revoluções, incluindo a perspectiva midiática em tais contextos. O autor prefere relacionar os acontecimentos

contemporâneos com algo que nomeia “os ventos da comunicação livre”, que estariam inspirando os mais jovens a se mobilizarem em prol da democracia e da liberdade de expressão, em especial os que vivem sob regimes autocráticos.

A “juventude destemida”, como os chama, seria a portadora da mudança por meio das redes sociais, no “tempo devido”. Os novos meios horizontais de comunicação, pretensamente democratizados e acessíveis, causariam o estopim das transformações. (2015, 312)

De forma mais realista, porém, Fenton entende que se a transferência sistêmica de poder depende dos meios de comunicação, então a superação do poder oriundo do mundo corporativo e do Estado também implica em discussões sobre como tal deslocamento aconteceria, de forma a permitir que a democracia permaneça.

Na opinião de Fenton, Castells superestima o peso das redes sociais, desequilibrando a balança entre uma mudança efetiva e uma troca de mãos do poder. De acordo com a autora:

O perigo é que contornemos uma profunda e ampla interrogação sobre as condições necessárias para que o poder do povo supere o corporativo e estatal, transformando a sociedade e a política, mantendo a democracia. Ao invés disso, somos deixados com uma sobre-ênfase na tecnologia como a solução, em detrimento de contextos e análises sociais, políticas e econômicas.

Ao contrário do contexto apresentado em Castells (2009), a internet não é um ambiente democratizado. Para que as demandas de uma população inteira fossem capazes de ser traduzidas para o ambiente virtual, seria necessário que a mesma população estivesse presente em peso em tal meio. A desigualdade em sistemas capitalistas se mostra um impedimento para a completa integração de populações globais ao mundo virtual.

A perspectiva excessivamente simplificada de uma “revolução digital iminente”, perpetrada pela parcela mais jovem da população, ignora as relações de poder econômico interligadas entre o desenvolvimento da tecnologia e o neoliberalismo capitalista do século XXI, de acordo com Fenton (2012).

Portanto, a noção de um mundo transformado positivamente pela presença da tecnologia, sem questionar os motivos de tal forte adaptação de empresas do setor tecnológico às mudanças sistêmicas e quem estaria se beneficiando financeiramente das mesmas, é falha.

A construção epistemológica, ou seja, de conhecimento sobre o papel da internet e da tecnologia no mundo, é influenciada, de acordo com Fenton (2012), pelo *lobby* neoliberal, pilar

político sustentador do sistema capitalista. A autora também questiona a ausência de análises mais profundas de Castells sobre o papel “das empresas e dos grandes conglomerados na manutenção do *status quo* e dos mitos da ordem social” (FENTON, 2012, p.).

Identificar a dominância econômica enquanto se esquia da importância de interrogar o discurso neoliberal - como uma poderosa e amplamente bem-sucedida tentativa de reformar as maneiras por meio das quais o político é interpretado pelos valores individualistas que saturam boa parte da vida online - resulta em uma teoria de transformação social que, em qualquer discussão de políticas progressistas radicais, se encontra de certa forma perdida.

Entende-se, portanto, que a visão crítica sobre a internet é necessária para compreendê-la como mais do que uma ferramenta de transformação social, mas também como possível anexo do sistema vigente de poder, dependendo dos interesses de quem as comanda. Não existem redes sociais “neutras”, como claramente evidenciado pelo recente embate entre empresas de Inteligência Artificial, que inserem em suas plataformas os vieses de quem as construiu.

Humanamente, o mesmo ocorre com produções jornalísticas, nas quais a reconstrução dos acontecimentos é, na verdade, uma remontagem da visão do emissor da mensagem, e não uma observação objetiva da realidade. Em dando continuidade ao trabalho, vamos adotar a perspectiva de Fenton (2012) sobre os poderes “por trás” do poder, que podem ter tanto interesse no protesto quanto na sua repressão, ao analisar metodologicamente um estudo de caso no qual o uso das redes sociais ocorre para segregar, na contramão da teoria de Castells (2009).

5. ANÁLISE METODOLÓGICA

Para fornecer uma base teórica abrangente e multidisciplinar, este capítulo se debruçará sobre métodos analíticos qualitativos para responder o principal questionamento do presente trabalho: como o termo “mulher” pode ser aparelhado pelo discurso de ódio. Utilizando-se da ferramenta de revisão bibliográfica no segundo, terceiro e quarto capítulos, se estabelece a fundamentação teórica necessária para a realização de uma análise embasada e que possa comportar a complexidade do objeto de pesquisa.

O presente capítulo também examinará a aplicação de estudos teóricos sobre gênero e identidade e sobre o discurso de ódio e suas manifestações linguísticas, com base nos trabalhos de Judith Butler. Em conjunto, será posto sob observação minuciosa a construção do que chamamos discurso, conceito baseado no trabalho de Eni Orlandi, para obtenção de informações sobre como as palavras e os seus significados podem carregar o preconceito e ódio de forma oculta.

O lócus da investigação são as plataformas sociais digitais, mais especificamente a seção de comentários de uma postagem publicada na conta oficial da ONG “Projeto Deixa Fluir”. Dessa forma, a formação do ambiente virtual contemporâneo e seus efeitos de propagação exponencial do preconceito também serão inspecionados, com o intuito de aferir se a impessoalidade do usuário torna tais ambientes propensos ao discurso odioso.

5.1 Parâmetros metodológicos

O ponto de partida da presente pesquisa são os conceitos de gênero elaborados na teoria *queer* de Judith Butler (2018, 2021), que aprofunda os questionamentos sobre identidade e a ligação entre sexo biológico e gênero cultural, iniciados a partir dos anos 1950 com os trabalhos de John Money (data). O o te principal da análise é determinar a forma pela qual comentários publicados em uma postagem da ONG Projeto Deixa Fluir utilizam o termo “mulher” como ferramenta de exclusão de pessoas *trans* em assuntos relacionados às políticas públicas do Estado brasileiro.

Nos dois trabalhos publicados por Butler de maior relevância para a pesquisa, “Um problema de gênero” e “O discurso de ódio”, a autora escava as raízes do discurso, seja ele disseminador de um construto pseudonatural ou da violência verbal. O próprio discurso em si é compreendido a partir dos critérios estipulados por Eni Orlandi (2005), em seu manual de introdução à Análise do Discurso (AD).

Na obra, a pesquisadora procura destrinchar os anexos ocultos do discurso, que a ele transferem sua historicidade, contexto, carga emocional e simbólica. Unindo-se às duas principais teóricas, comparece o estudo da comunicação em uma perspectiva virtual; Natalie Fenton (2012) e Manuel Castells (2009) solidificam os parâmetros de compreensão de um mundo que transforma e é, simultaneamente, transformado profundamente pelo plano digital.

A aplicação do conceito de gênero, no presente trabalho, assume a forma específica do termo “mulher”. Ao inserir a longa epistemologia de tal palavra no contexto analisado, o trabalho busca entender como um termo pode unir e segregar ao mesmo tempo.

Ao agrupar as “mulheres” mas singularizar as “outras”, o discurso de gênero se insere em pautas politicamente relevantes, saindo do contexto virtual e adentrando a realidade socioeconômica de pessoas vulnerabilizadas e que precisam de auxílio. Se somente “mulheres” menstruam, então somente “mulheres” podem ser atendidas em pautas a respeito da menstruação, como a distribuição de absorventes íntimos nas esferas municipal, estadual e federal.

Da mesma forma, discussões sobre o acesso à água limpa e encanada, que viabiliza a higiene no período menstrual, são prejudicadas por contestações discursivas sobre termos utilizados na divulgação de materiais de comunicação. A seguir, será realizado o delineamento do objeto de pesquisa e o método escolhido para analisá-lo, assim como as justificativas para tal opção.

5.2 Estudo de caso

A escolha do método de pesquisa leva em consideração as características do objeto pesquisado, da forma de coleta dos dados para a realização de tal pesquisa e os objetivos nos quais se almeja chegar após a conclusão dos estudos. Dessa forma, utilizaremos a teoria

metodológica de Robert Yin (2001) e Antonio Carlos Gil (2017) para estruturar e justificar as escolhas que fundamentam este trabalho.

A pesquisa realizada aqui se enquadra como pertencente a área das Ciências Sociais Aplicadas, por envolver os Estudos de Gênero (Butler), a Análise do Discurso (Orlandi) e os *mass media studies*, unindo portanto a Sociologia, a Linguística e a Comunicação, respectivamente. De acordo com Gil (2017), pesquisas aplicadas são “voltadas à aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica.”

Como tal, o principal método de coleta de dados qualitativos neste trabalho é a pesquisa bibliográfica, por meio da extração de conteúdo teórico a partir de artigos científicos, teses e outros documentos. Cada capítulo conta com um trabalho teórico de embasamento principal, cujas conclusões norteiam de forma capilar as demais referências utilizadas.

A escolha pela estruturação da pesquisa desta forma foi realizada com o intuito de conferir fluidez à leitura do mesmo, assim como um entendimento mais acessível, ou “democratizado”, às informações coletadas e conclusões finais.

Combinando os métodos exploratório e explicativo caracterizados pelo autor, o presente trabalho busca não somente “proporcionar maior familiaridade com o problema, para explicitá-lo ou construir hipóteses”, mas também visa “identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos”, com o propósito de explicitar o “porquê das coisas” (GIL, 2017, p. 32).

A mesma busca do “porquê” se encaixa na teoria de Yin, que elenca as perguntas fundamentais a serem realizadas por cada tipo de pesquisa.

estratégia	forma da questão de pesquisa	exige controle sobre eventos comportamentais?	focaliza acontecimentos contemporâneos?
experimento	como, por que	sim	sim
levantamento	quem, o que, onde, quantos, quanto	não	sim
análise de arquivos	quem, o que, onde, quantos, quanto	não	sim/não
pesquisa histórica	como, por que	não	não
estudo de caso	como, por que	não	sim

No contexto do estudo de caso, as perguntas “como” e “por que” norteiam a pesquisa realizada, podendo então ser identificado o melhor método a partir da natureza da análise. Na tabela, outros dois crivos são postos como definidores da escolha do estudo de caso: o “controle sobre eventos comportamentais” e o foco em “acontecimentos contemporâneos”.

De acordo com o autor, “o estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes” (YIN, 2001, p. 27)

Neste trabalho, ao buscar compreender o teor conotativo de comentários postados em um rede social por atores externos à ação do autor da mensagem, pode-se confirmar que não existe controle sobre os “eventos comportamentais” analisados na pesquisa. Da mesma forma, pode-se afirmar que combinar os estudos do gênero, do discurso e das redes sociais resulta em uma pesquisa cronologicamente relevante, de forma a adequar ambos os requisitos de Yin (2001) para a escolha do estudo de caso como metodologia.

Gil (2017) especifica o uso frequente do estudo de caso em pesquisas das ciências sociais. O autor define o método como o “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos casos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.” Os estudos de ambos os teóricos sobre esta metodologia específica convergem quando Gil utiliza a definição de Yin (2013) para especificar o contexto considerado como o mais apropriado para a aplicação de métodos de estudo de caso:

Durante muito tempo, o estudo de caso foi encarado como procedimento pouco rigoroso, que serviria apenas para estudos de natureza exploratória. Hoje, porém, é reconhecido como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos (YIN, 2013 apud GIL, 2017, p. 37)

Os estudos de caso, ao contrário de outras abordagens possíveis, leva em consideração as pequenas partes que formam um “todo”, e que ao serem analisadas revelam comportamentos, propósitos e efeitos que não seriam vistos de forma igualmente clara sem o intermédio do arcabouço prático desta metodologia. Yin aborda tal tendência do método ao afirmar que “os

estudos de caso (...) são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou universos. (...) O objetivo é fazer uma análise ‘generalizante’ e não ‘particularizante’ (YIN, 2001, p. 29)

Portanto, a pesquisa se caracteriza como híbrida: para convergir as informações necessárias para embasar a análise, foi utilizada a pesquisa bibliográfica. E, para enquadrar o objeto de pesquisa e embasar sua avaliação, foi escolhido o estudo de caso. A combinação destes dois métodos pode, então, oferecer uma visão profunda da questão retratada no trabalho.

5.3 Objeto de pesquisa

No contexto da atual pesquisa, o objeto estudado são comentários deixados na página oficial de Instagram da ONG Projeto Deixa Fluir. Atuante desde março de 2021, o PDF é uma organização social que arrecada fundos para a compra e a distribuição de absorventes íntimos em comunidades que sofrem de risco socioeconômico⁵.

Além de bairros na periferia de Fortaleza, capital do Ceará, o PDF também atua em cidades da Região Metropolitana, como Caucaia e Messejana. Em conjunto com a distribuição de itens de higiene, a ONG também elabora e apresenta palestras socioeducativas sobre assuntos relacionados à saúde sexual e reprodutiva, como o ciclo menstrual e os métodos de prevenção da gravidez e de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs).

Em 2021, na época do início das atividades do PDF, ainda não existiam medidas legislativas que estipulassem a distribuição de absorventes gratuitos para quem fossem necessários. Atualmente, em 2025, os governos municipal (Fortaleza), estadual (Ceará) e federal já garantem o acesso aos itens para estudantes da rede pública de ensino, com idades entre 10 e 49 anos.

Para ter o benefício e recolher os absorventes em farmácias credenciadas pelo Governo Federal, é necessário que a pessoa esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais, o CadÚnico. Já em escolas municipais e estaduais, a verba é enviada para as instituições de ensino,

⁵ Um dos fatores de risco para o desenvolvimento psicológico e social é o baixo nível socioeconômico. Em famílias pobres, operam como fatores de alto risco, além do baixo nível socioeconômico, a remuneração parental, baixa escolaridade, famílias numerosas e ausência de um dos pais. (JANCZURA, 2012, p. 303). Os grupos sociais vulneráveis poderiam ser definidos como aqueles conjuntos ou subconjuntos da população brasileira situados na linha de pobreza (OLIVEIRA, 1995, p. 9)

que ficam responsáveis pela compra e distribuição dos itens aos alunos que demonstrarem necessidade.

No Ceará, principal *lócus* de atuação do PDF, ambas as legislações municipal e estadual foram aprovadas após o início das atividades de arrecadação e distribuição, em julho e novembro de 2021, respectivamente. O combate à pobreza menstrual, já definido e expandido anteriormente, é citado no corpo das leis como o principal objetivo de estabelecimento das medidas, para promover um ambiente social mais justo e digno.

Em trabalhos científicos sobre o assunto e no texto aprovado pelos representantes políticos de Fortaleza e do Ceará, dois termos são utilizados para fazer referência ao público-alvo das medidas de auxílio: “mulheres” e “pessoas que menstruam”. Assim como determina o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), a inclusão de uma ampla gama de cidadãos em políticas públicas e pesquisas etnográficas no que concerne à pobreza menstrual assegura que a dignidade não tenha limites.

A partir deste princípio, o PDF escolheu, desde o estabelecimento de suas redes sociais em plataformas como Instagram, Facebook, LinkedIn e X/Twitter, utilizar a expressão “pessoas que menstruam” em campanhas de divulgação digital, de forma síncrona com outros termos, como “mulheres” e “meninas”, mais frequentemente associados ao imaginário coletivo sobre a menstruação.

O caso estudado na presente pesquisa leva em consideração, como justificativa para sua existência, uma polêmica ocorrida no dia 28 de setembro de 2021, na ocasião da postagem de uma campanha informativa sobre a conexão entre a pobreza menstrual e o saneamento básico.

Figura 1 - Perfil do Projeto no Instagram



Fonte: Instagram Projeto Deixa Fluir

Figura 2 - Capa da postagem no Instagram



Figura 3 - Segunda imagem da postagem



Figura 4 - Terceira imagem da postagem



Figura 5 - Quarta imagem da postagem

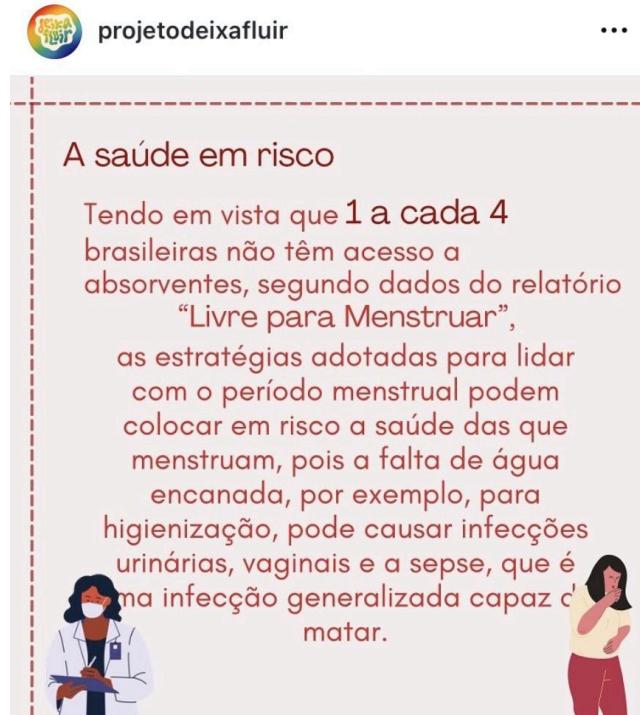


Figura 6 - Quinta imagem da postagem

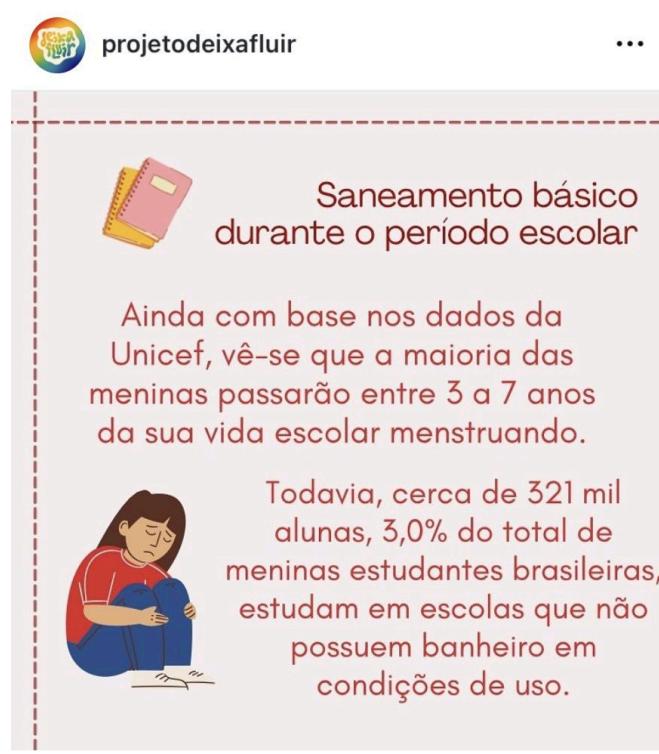


Figura 7 - Sexta imagem da postagem



Fonte: Instagram Projeto Deixa Fluir / @projeto.deixafluir

5.4 Análise quantitativa e qualitativa de dados

Na postagem, vários termos e expressões são utilizados para denominar o público-alvo do conteúdo. Para organizar tais usos, faz-se necessária uma tabela nominal e quantitativa:

Tabela 1 - Análise de termos utilizados no texto da postagem

Termo/Expressão	Número de vezes que aparece no texto	Marcador de gênero
pessoas menstruantes	1	Não
pessoas que menstruam	2	Não
brasileiras	2	Sim
meninas	2	Sim

Fonte: elaboração própria (2025)

Como pode ser observado na tabela, quatro termos diferentes são utilizados para determinar o receptor da mensagem sendo emitida pela postagem publicada pelo PDF. As expressões “pessoas menstruantes” e “pessoas que menstruam” aparecem uma e duas vezes, respectivamente. Ambas não possuem indicadores sintáticos de gênero, sendo o termo “pessoas” neutro no sentido de “as pessoas” assim como em “as populações”. Dessa forma, expressões de uso ambíguo (para homens e mulheres, sintaticamente) são utilizadas em um total de três vezes ao longo da postagem.

Em contrapartida, os termos “brasileiras” e “meninas” são empregados duas vezes cada. Nesses casos, existem indicadores sintáticos de gênero, identificados como o sufixo “as”, designante de gênero (feminino) e número (plural). Ao somar, são totalizadas quatro ocorrências de palavras com direcionamento unívoco, indicando como alvo o público feminino.

É possível, portanto, concluir que é mais frequente a ocasião de termos definidos do que de indefinidos ao longo da postagem. Tal tendência pode acarretar nas seguintes conclusões:

1. O texto da postagem foi produzido de forma a incluir categorias que não se identificam com os termos femininos “brasileiras” e “meninas”, ao incluir também outras expressões como “pessoas menstruantes” e “pessoas que menstruam”.
2. Apesar de compreender uma ampla população, é reconhecida a maioria numérica de mulheres como público-alvo, tanto da postagem em específico como de quaisquer materiais voltados à menstruação, no geral.

Ao integrar ambas premissas ao conteúdo veiculado, as mídias do PDF se posicionam de forma a atender as demandas de quem as apoia. Porém, a resposta à postagem não refletiu tal aceitação, como pode ser visto nas seguintes figuras; os nove comentários foram feitos com o intuito de questionar a escolha do PDF em incluir expressões neutras em gênero na postagem.

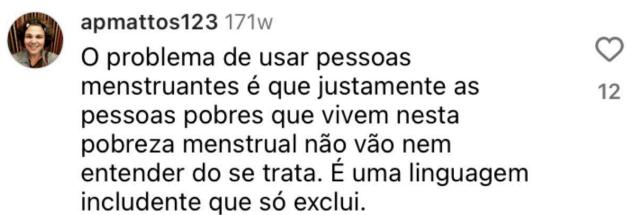
Figura 8 - Comentário

lizzypita 171w
Não entendi, quem mais menstrua além das mulheres?! 7

Reply Hide See translation

Neste comentário, a autora questiona o uso de expressões neutras com a justificativa de que as únicas pessoas que menstruam são as mulheres. A afirmação de que somente mulheres menstruam acarreta um “apagamento da transmasculinidade” (SANTANA, 2021), indo em contramão à política de inclusão do PDF.

Figura 9 - Comentário



Fonte: Instagram Projeto Deixa Fluir

Neste comentário, a usuária questiona o uso de linguagem inclusiva de gênero com a justificativa de que o público-alvo desta seria “pessoas pobres que vivem na pobreza menstrual” e não seriam capazes de comprehendê-la. Além disso, a mesma linguagem estaria prestando um papel de “exclusão” ao não levar em consideração a inaptidão de pessoas pobres para compreender o conceito de inclusividade.

Em 2008, o diretor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Antônio Dantas, declarou que os baixos resultados dos estudantes (na época, antes da consolidação da política de cotas em universidades federais, as vagas eram ocupadas em sua maioria por alunos da classe média e alta) da instituição em provas nacionais eram resultado de sua genética baiana.

Em matéria para o periódico Folha de S. Paulo, Gilberto Dimenstein questionou o alvoroço causado pela afirmação, já que alunos pobres do Brasil eram chamados de burros todos os dias e ninguém se revoltava.

Ao citar o ranking da Unesco que, à época, explicitou as enormes falhas do sistema educacional brasileiro, no qual somente 53,8% das crianças conseguem sobreviver, Dimenstein critica o ciclo vicioso da educação para os mais pobres no Brasil.

Explica-se a evasão não só por motivos econômicos (a entrada das crianças precocemente no mercado de trabalho), mas devido à repetência. De tanto ser tachado de incompetente, o estudante, humilhado, vai embora, não vê razão em ficar se torturando numa sala de aula onde não consegue aprender. Ao puni-los

com a repetência, a mensagem transmitida pela escola à criança é a seguinte: A culpa pelo fracasso é sua. (DIMENSTEIN, 2008)

Compreender a parcela mais pobre da sociedade brasileira como muito “burra” para assimilar cognitivamente o conceito de inclusão seria, por parte do PDF, como entrar em um consenso de que burrice e pobreza estão intrinsecamente interligadas.

Figura 10 - Comentário

 **camilagnunes** 171w
Pessoas menstruastes??? WTF!!
MULHERES! Somos mulheres!! Eh uma linda palavra que nos define! Utilizem por favor!!

6

Fonte: Instagram Projeto Deixa Fluir

Figura 11 - Comentário

 **miaraujocruz** 171w
MULHERES!!!! Sou uma MULHER e não uma pessoa menstruante. Entendo que queiram ser inclusivas, mas não estão sendo, estão simplesmente colaborando com o sistema para o apagamento (mais um) das mulheres. Não podemos nem mais ser chamadas pelo que somos. Qual o preço pagamos e pagaremos por essa "inclusão" sem reflexão?

17

Fonte: Instagram Projeto Deixa Fluir

Figura 12 - Comentário

 **dara_felizarte** 171w
pessoas menstruates... kkk enquanto isso, tudo que é feito para falar de homem, eu raramente vejo um “pessoas com saco escrotal” ou “pessoas com esperma”, SEMPRE é apagamento de mulheres, nunca homens. Apenas fêmeas humanas (mulheres) menstruam. Não caiam no joguinho de “inclusão” que o patriarcado criou, acordem mulheres!

20

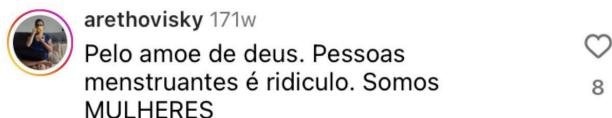
Fonte: Instagram Projeto Deixa Fluir

Figura 13 - Comentário



Fonte: Instagram Projeto Deixa Fluir.

Figura 14 - Comentário



Fonte: Instagram Projeto Deixa Fluir.

Nas figuras de 9 a 13, os comentários focam em um termo específico: “mulheres”. A palavra “mulheres” é, ou deveria ser, suficiente para demarcar toda a população relevante à mensagem emitida. Judith Butler questiona, em seus estudos sobre a formação do conceito de gênero, o porquê da crença na existência de uma representação unívoca de todas as mulheres, uma outra “mulher” idealizada que seria, então, o sujeito definitivo do feminismo.

A presunção política de ter de haver uma base universal para o feminismo, a ser encontrada em uma identidade supostamente existente em diferentes culturas, acompanha frequentemente a ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina. (BUTLER, 2018, p. 17)

Ao elaborar sobre uma suposta “universalidade” e “unidade” do sujeito do feminismo, as mesmas estruturas são desgastadas pelas restrições que se impõem ao encaixe nesta categoria.

Quanto mais se diminui o escopo atendido por um termo criado com a intenção de proporcionar um senso de identidade comum, cria-se uma estrutura de rejeição patriarcal dentro de uma realidade que nasce justamente da necessidade de desconstruir a estrutura opressiva de dominação masculina. Ou seja, a aversão à inclusão de outras formas “femininas” nada mais é do que uma reprodução de modelos patriarcais de controle social, transformando a iniciativa do feminismo em mais uma ferramenta de manutenção da ordem.

A insistência prematura num sujeito estável do feminismo, compreendido como uma categoria una das mulheres, gera, inevitavelmente, múltiplas recusas a aceitar essa categoria. Esses domínios de exclusão revelam as consequências coercitivas e reguladoras dessa construção, mesmo quando a construção é elaborada com propósitos emancipatórios (BUTLER, 2018, p. 18).

A rejeição de alguns usuários ao uso de uma linguagem que atenda aos conformes de instituições como a Organização das Nações Unidas é congruente com o apagamento de questões interseccionais ao feminismo, delineadas por Butler. A autora critica a “retirada de contexto” do sujeito feminista, que se torna então desprovido de classe, raça, etnia e outros planos das relações de poder.

Dessa forma, a insistência em uma única concepção de mulher é a negação da existência das mesmas mulheres em outras esferas que não as relevantes para o gênero em si.

O discurso de tal exclusão de um sujeito múltiplo revela uma ideologia, como explicitada por Orlandi (2005), que não aceita outras formas de ser “mulher” que não atendam à definição de uma mulher biológica.

Mesmo sem perceber, talvez, os autores das mensagens de repreensão contra a linguagem inclusiva da postagem carregam o termo “mulher” de uma historicidade científica, de uma mulher biologicamente determinada como tal.

Ao reivindicar o sujeito do feminismo, que deveria ser “resgatado” e “protegido” do apagamento, o efeito é contrário: o que se revela é um sentido ideológico prévio, que não se encontra em risco, mas sim trabalha para impedir a perda da hegemonia simbólica sobre o significado atribuído à palavra “mulher”:

O dizer não é propriedade particular. **As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua.** O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia. (ORLANDI, 2005, p. 32)

Exigências biológicas para o preenchimento de quesitos pré-discursivos com o propósito de poder se autointitular “mulher”, apesar de aparecerem ser equipamentos

linguísticos para a proteção de um sujeito vulnerável, funcionam discursivamente como a antítese da teoria pioneira da filósofa feminista Simone de Beauvoir, que afirma que mulheres não nascem como tal, mas “tornam-se”.

Butler explica que, na realidade, a construção de gênero ao longo da vida defendida por Beauvoir é o exato oposto de uma noção biologicamente determinista sobre o “ser mulher”; o gênero não é construído sobre uma base fixa de sexo, entrelaçando as duas competências de forma inextricável. De fato, a construção do que seria uma “mulher”, no conceito fundacional do feminismo, é conceituado a partir das “compulsões culturais” que formulam o imaginário feminino ideal.

Butler expande sobre a teoria de Beauvoir, citando a própria autora, que em “O Segundo Sexo” afirma: “O gênero é construído, mas há um agente implicado em sua formulação/construção, um *cogito* que de algum modo assume ou se apropria desse gênero, podendo, em princípio, assumir algum outro” (BEAUVOR apud BUTLER, 2018, p. 23).

Complementando o raciocínio com a noção, tratada na mesma obra, de que o corpo pode ser definido como uma “situação”, Butler infere que a mesma fluidez aplicada ao conceito de construção poderia, talvez, ser compreendida como uma forma de escolha de gênero.

Então, considerando que o tornar-se mulher pode ser visto de diversas formas diferentes, o que impede que o próprio gênero seja interpretado de forma a comportar as múltiplas realidades de pessoas que ou se identificam como mulheres ou que possuem corpos que menstruam?

As duas possibilidades não precisam, necessariamente, ser mutuamente exclusivas. O que ocorre no processo de delimitação do que pode ser afirmado como sendo uma “mulher” de verdade é a coerção de um discurso dominante, e estes limites impostos perpetuam a existência de estruturas que pretendem manter, indefinidamente, à margem uma parte da população que não se encaixa nos conformes da hegemonia sexual.

Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a “linguagem da racionalidade universal”. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero. (BUTLER, 2018, p. 24-25)

Portanto, a intenção de elaborar uma definição exclusiva para o termo “mulheres” é percebida nos comentários da postagem do PDF como uma forma de reproduzir o discurso hegemônico. A análise do texto dos comentários, em contraposição com as teorias de gênero e discurso abordadas na pesquisa, revelam que por meio da tentativa de criação de um sujeito “unificado” do feminismo, acabam-se excluindo pessoas que existem fora da noção tradicional que envolve corpos e identidades humanas.

Ao rejeitar a noção de variedade e a presença de diferenças físicas, sociais, culturais e sexuais, a parte do movimento feminista que imagina deter o poder de engendrar a definição de mulher, como uma forma de fortalecer um movimento centenário, causa o enfraquecimento de discussões acerca do papel político do feminismo.

A “mulher” inequívoca, na verdade, seria uma mulher inexistente, tão idealizada quanto as inúmeras outras “mulheres” imaginadas ao longo da história e vistas como parágonos da feminilidade e da fertilidade, manipuladas ao se tornarem os moldes inalcançáveis da opressão e justificadoras da submissão inquestionável.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível inferir, após destrinchar a origem dos comentários feitos na postagem do Projeto Deixa Fluir, que o uso do título “mulher” é instrumentalizado como uma forma de perpetuar o preconceito contra identidades divergentes da noção hegemônica de conexão intrínseca entre sexo e gênero. Ao limitar a definição do que seria, ou do que poderia ser, uma pessoa que menstrua em um contexto de pobreza e indignidade, os comentários podem ser entendidos como uma forma de deslegitimar a existência de indivíduos que não habitam corpos tradicionalmente considerados como “masculinos” ou “femininos”.

Para os propósitos da pesquisa, tal análise serve como uma explicação da reação negativa recebida na seção de comentários de uma postagem vista como tendo um baixo nível de polemidade. Como com qualquer tabu, falar sobre menstruação nas redes sociais de forma aberta pode gerar um determinado nível de animosidade dos receptores, especialmente em redes sociais estruturadas de forma a manter um certo grau de “randomização” de exposição a conteúdos.

Ou seja, talvez as pessoas que deixaram comentários negativos e carregaram o termo “mulher” de uma conotação odiosa nem seguissem a conta do PDF, ou tivessem sequer se engajado para auxiliar as pessoas em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica atendidas pela ONG. Como explicam os teóricos do discurso de ódio, a mera existência de pessoas que ameaçam a visão dominante de um mundo sob controle já é uma ameaça, tendo ou não qualquer grau de interação entre as partes.

A escolha de representar o público-alvo do Projeto de forma ampla, utilizando a expressão “pessoas que menstruam”, não poderia, de acordo com o que foi discutido e elaborado ao longo deste trabalho, representar um apagamento do termo “mulher”. De forma afirmativa, ambos os denominadores podem coexistir em harmonia, sem acarretar no esvaziamento de sentido de um ou de outro.

Ademais, é discutido em Butler (2018) a utilidade de discussões acerca de um sujeito uno e irrevogável, e quais estruturas devem ser escolhidas para dar nome e um sentido de “ser” para tal sujeito. A autora questiona as motivações políticas do deferimento de decisões e discussões relevantes para o movimento feminista pelo simples motivo de que estaríamos muito ocupadas debatendo a forma, e esquecendo de fortalecer o conteúdo. Engajar-se em debates sem

fim sobre questões inócuas à resolução de problemas reais enfrentados pelos sujeitos feministas, plurais e inúmeros, seria mais uma forma de nos distrairmos do que verdadeiramente representa uma ameaça para o avanço do feminismo no século XXI, como por exemplo a exacerbação das consequências do processo de aquecimento global, o ressurgimento da ultra direita neoliberal nazifascista em países democráticos, e o persistente papel socialmente imposto e replicado da mulher como responsável pelos afazeres domésticos, resultando em uma dupla ou tripla jornada de trabalho árduo e não remunerado.

Ao perceber o preconceito, o ódio e o ostracismo como uma forma de medo, é mais fácil ver como tais discursos se repetem ao nosso redor e passam por transmutações de forma, mas mantêm sua função. Uma comunidade pode se unir por meio da exclusão, proteger por meio da ameaça, se elevar por meio do rebaixamento de um outro não tão importante quanto. O papel do feminismo, portanto, não é cravar estacas no chão e delimitar as fronteiras de quem é ou não aceito no clube. A sua função, essencialmente, é desafiar o imposto, escolher o caminho difícil, e questionar o incontestável mesmo quando as consequências são imediatas mas os resultados podem levar décadas para serem percebidos.

Optar pela exclusão do que é desconhecido e que, dessa forma, elicia o medo que se transformará em ódio, é bem mais fácil do que tentar entender. Mas não foi fácil conquistar o voto, a cidadania, a independência, a liberdade, o salário. Não é fácil enfrentar a violência sexual, o assombro de uma rua escura, a ausência de autoridade sobre o próprio futuro reprodutivo. E não será fácil, nunca, existir em um mundo que não foi feito para que você se encaixe nele.

A falta implica a busca, a busca resulta na conquista, e a conquista já é uma recompensa. A conquista de uma sociedade inclusiva, que valorize o desconhecido, sem ter medo da ameaça que possa representar mas dê as boas vindas para o que é novo e diferente. É esta realidade possível que o presente trabalho buscou revelar.

REFERÊNCIAS

- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. “Cisgênero” nos discursos feministas: uma palavra tão defendida, tão atacada, tão pouco entendida. Campinas, SP: UNICAMP/IEL/Setor de Publicações, 2015.
- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo. Campinas, SP: [s.n.], 2019.
- BARROS, Patrícia Marcondes de. A revolução sexual nos anos 70 e o pensamento contracultural de Rosie Marie Muraro. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 9, n. 18, p. 98-108, set./dez. 2017.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Vera Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BENTO, Berenice. Gênero: uma categoria útil de análise? *Revista de História Comparada*, v. 16, n. 1, p. 15-50, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/48966>.
- BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. Discurso de ódio: uma política do performativo. Tradução de Fernanda Bernardo. Lisboa: Editora Gradiva, 2009.
- BUTLER, Judith. Desdiagnosticando o gênero. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 19 (1), p. 95-126, 2009.
- BUTLER, Judith. Desfazendo gênero. Tradução de Vera Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. 50 anos da pílula - Da invenção aos dias de hoje. *Rádio Câmara*, 6 jun. 2010. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/radio/programas/339266-50-anos-da-pilula-da-invencao-aos-dias-de-hoje-0606/>.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede - a era da informação. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. v. 1.

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. *História Agora*, 2014.

COSTA, Maria Teresa. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 23, n. 1, p. 119-138, jan.-abr. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/vgg89zFb8MWp4YHHbXZBTVC>.

CORTEZ, Marina; GAUDENZI, Paula; MAKSUD, Ivia. Gender: pathways and dialogues between feminist and biomedical studies from the 1950s to 1970s. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 29(1), e290103, 2019.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Tradução de L. de O. Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAHLGREN, P. The internet, public spheres and political communication: dispersion and deliberation. *Political Communication*, New York, v. 22, n. 2, p. 147-62, 2005.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu*, n. 17-18, p. 9-79, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Lc9fctDNd8ZxKnkvRJtJwDH/>.

FÁVERI, Marlene de; VENSON, Anamaria Marcon. Entre vergonhas e silêncios, o corpo segregado. Práticas e representações que mulheres produzem na experiência da menstruação. *Anos 90*, v. 14, n. 25, p. 65-97, jul. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/5403>.

FENTON, Natalie. The Internet and Radical Politics. In: CURRAN, J.; FENTON, N.; FREEDMAN, D. *Misunderstanding the internet*. New York: Routledge, 2012.

FERNANDES, Mirela Alencar Eleutério. A pobreza menstrual e suas políticas públicas na cidade de Fortaleza. *Gestão e Governança Pública*, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://unipacealece.al.ce.gov.br/repositorio/downloads/pelo-id/69>.

FISS, Owen M. *The Irony of Free Speech*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GERMON, Jennifer. Gender: A genealogy of an idea. New York: Palgrave Macmillan.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

LEBRUN, J. P. O futuro do ódio. Porto Alegre: CMC, 2008.

MASSIAH, Gustave. Os movimentos sociais na era digital. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 31 jan. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/os-movimentos-sociais-na-era-digital/>.

MELGAREJO, Bruna; ROEHE, Hanna Rossi. Discurso de ódio e a esperança performativa feminista: a indissociabilidade entre classe, raça e gênero. *Revista IusGénero América Latina*, v. 1, n. 2, p. 98-110, 2023. Disponível em:
<https://revistaiusgenero.com/index.php/igal/article/view/32/18>.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. STF decide por inclusão de identidades trans na Declaração de Nascido Vivo. Site MPPR, 2024. Disponível em:
<https://site.mppr.mp.br/civel/Noticia/STF-decide-por-inclusao-de-identidades-trans-na-Declaracao-de-Nascido-Vivo>.

MONTEIRO, Kimberly Farias; GRUBBA, Leilane Serratine. A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de suffragettes às sufragistas. *Direito e Desenvolvimento*, v. 8, n. 2, p. 261-278, 2017. Disponível em:
<https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/563>.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-42, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PIOVEZANI, Carlos. Judith Butler e a política do discurso de ódio. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 39, n. 4, e20233904, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/60683>.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Primórdios do conceito de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 12, p. 157–163, 1999. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634812>.

SANTANA, Joelma Ramos; WAISSE, Silvia. Chegada e difusão da pílula anticoncepcional no Brasil, 1962-1972: qual informação foi disponibilizada às potenciais usuárias? *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 203-218, jul./dez. 2016.

SANTANA, Aladdin José Andrade de. O apagamento das transmasculinidades: feminismo cisgênero como potencializador da marginalização de narrativas transmasculinas. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 13., 2024, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2024.

SCAVONE, Lucila. Nossa corpo nos pertence? Discursos feministas do corpo. *Revista Gênero*, Niterói, v. 10, n. 2, p. 47-62, 1. sem. 2010.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21161995000200002>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>.

SENADO FEDERAL. Papa admite contraceptivos. *Senado Federal*, 19 fev. 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/519939/noticia.html?sequence=1>.

SILVA, Gustavo A. A liberdade de expressão e o discurso de ódio. *JusBrasil*, 2013. Disponível em:
<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-liberdade-de-expressao-e-o-discurso-de-odio/152277318>.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF determina suspensão do X, antigo Twitter, em todo o território nacional. *Notícias STF*, 30 ago. 2024. Disponível em:
<https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-determina-suspensao-do-x-antigo-twitter-em-todo-o-territorio-nacional-2/>.

STEIN, Marluci; NODARI, Cristine Hermann; SALVAGNI, Julice. Disseminação do ódio nas mídias sociais: análise da atuação do social media. *Interações (Campo Grande)*, v. 19, n. 1, p. 43-59, jan./mar. 2018. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v19i1.1535>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/vmrXc37zFxXk89CL5fxgZzr/>.

STOCKTON, Kathryn Bond. Gender has a history and it's more recent than you may realize. *The MIT Press Reader*, 2020. Disponível em: <https://thereader.mitpress.mit.edu/gender-has-a-history-and-its-more-recent-than-you-may-realize/>.

STRYKER, Susan. *Transgender History*. Seal Press, Perseus Book Group. Berkeley, CA.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. Diferença entre igualdade e equidade. *Sementes da Equidade*, 2023. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-equidade/diferenca-entre-igualdade-e-equidade>.

YIN, Robert K. Estudo de caso – planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.